



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a star symbol at the top.

**PLANO DE ATIVIDADES
E ORÇAMENTO 2020**

ACRÓNIMOS E DEFINIÇÕES

AdP	Águas de Portugal
AdTA	Águas do Tejo Atlântico, S.A.
BEI	Banco Europeu de Investimento
CA	Conselho de Administração
CTA	Componente Tarifária Acrescida
DGTF	Direção Geral do Tesouro e Finanças
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
EVEF	Estudo de Viabilidade Económico-financeira
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
MATE	Ministério do Ambiente e da Transição Energética
MLP	Médio e Longo Prazo
OT	Obrigações do Tesouro
PAI	Plano Anual de Investimentos
PAO	Plano de Atividades / Investimentos e Orçamento
PMP	Prazo Médio de Pagamento
PRC	Plano de Redução de Custos
UV	Ultra violetas
SEE	Setor Empresarial do Estado

(Handwritten initials and marks)

1.1. A Águas do Tejo Atlântico

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. ("AdTA"), é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, com capital social de 113 527 680,00 € (cento e treze milhões, quinhentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta euros), tendo-lhe sido atribuída pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

O sistema resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

A Empresa tem atualmente a seguinte estrutura acionista:

Acionistas	Ações A subscritas	Ações B subscritas	Ações subscritas	Capital subscrito e realizado	% capital subscrito e realizado
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 856	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724	0,24%
Obidos	131 237	-	131 237	131 237	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680	100%

Figura 1 - Estrutura Acionista da AdTA

I. ENQUADRAMENTO

O presente documento constitui a proposta de Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento (PAO) da Águas do Tejo Atlântico, S.A. para o exercício de 2020, aprovado pelo Conselho de Administração a 26 de março do corrente ano.

A Empresa havia já apresentado à aprovação da Tutela uma primeira versão aprovada pelo Conselho de Administração a 18 de novembro de 2019, sobre a qual ainda não foi emitido parecer da UTAM.

A versão que agora se submete à aprovação difere da primeira nos seguintes pontos:

- 1) Inclusão dos gastos com pessoal decorrentes da proposta de admissão de 15 trabalhadores em 2020, cuja contratação havia sido solicitada na versão anterior sem que tivessem sido refletidos os respetivos gastos para os anos em análise nas Demonstrações Financeiras. Saliente-se que, tendo agora nesta versão sido refletidos os respetivos gastos, não existe aumento dos gastos totais da Empresa em virtude de serem acomodados pela diminuição de gastos com fornecimentos e serviços externos, sendo explicado no presente relatório a análise quanto ao custo benefício das referidas contratações;
- 2) Alteração do indicador para medir a otimização da estrutura de gastos operacionais para os anos de 2020 a 2022- PRC ajustado. Na sua primeira versão do PAO 2020, a Tejo Atlântico solicitava que fosse expurgado do indicador PRC o efeito do aumento de preço com o serviço de tratamento das lamas em cada um dos anos em análise. Na versão que agora se apresenta, solicita a Empresa que se proceda à exclusão da totalidade dos gastos com esta rubrica na medição da sua eficiência operacional. Considera-se deste modo que será mais clara a análise do indicador.

Face ao atual período em que a Sociedade e a Economia estão a viver, não pode deixar a Tejo Atlântico de referir que na sua proposta do PAO 2020 apesar de não constarem possíveis impactes económicos e financeiros com o estado de Pandemia COVID 19, a sua situação de solidez financeira permitir-lhe-á fazer face às medidas que tenha de vir a tomar e à materialidade dos gastos que tenha de vir a incorrer, nomeadamente com proteção individual dos seus colaboradores, desinfeção de instalações e de viaturas operacionais e aquisição de serviços de contratação de trabalho temporário, este último pelo défice existente no número de operacionais que possibilitem a criação de equipas de prevenção, a colmatar ausências por infeção ou suspeita de infeção por COVID 19, ou por inoperacionalidade no terreno de colaboradores por fazerem parte de grupo de risco.

Dado o sector de atividade em a que a Empresa se insere e a sua estabilidade económica e financeira, é determinante e absolutamente imperiosa a continuidade da sua operação assim como o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos.

Nos seus relatórios trimestrais a Tejo Atlântico reportará os desvios face ao PAO, explicando a razão dos mesmos e as medidas que está a tomar no seu controlo, na medida do que esteja ao seu alcance. E no respeitante aos efeitos económicos e financeiros que advenham da Pandemia COVID 19, a Empresa identificará de forma isolada os seus impactes e medidas tomadas.



ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO.....	4
1.1. A Águas do Tejo Atlântico.....	5
1.2. Atividade da concessão atribuída à Águas do Tejo Atlântico pelo Estado Português.....	8
1.3. Estrutura organizacional.....	9
1.4. Sumário executivo.....	10
1.5. Constrangimentos e limitações.....	11
1.6. Princípios, Pressupostos macroeconómicos de referência e linhas orientadoras.....	13
2. Instrumento previsional de gestão.....	14
2.1. Missão, Visão, Objetivos e Políticas.....	14
2.2. Orientações Estratégicas.....	16
2.3. Contratos de Gestão, Contratos-Programa e Contrato de Prestação de Serviço Público.....	20
2.4. Instrumentos de Planeamento, Execução e Controlo.....	21
2.5. Plano de Atividades para 2020.....	22
2.6. Plano de Investimento Plurianual.....	24
2.7. Financiamento e Endividamento.....	35
2.8. Demonstrações Financeiras Previsionais.....	37
2.9. Orientações e Legislação Vigente para o Setor Empresarial do Estado.....	39
2.10. Plano de Redução de Gastos ("PRG").....	40

Anexos:

- Anexo I Seleção de investimentos plurianuais específicos para acompanhamento
- Anexo II Ficha sumária de investimento
- Anexo II Fichas descritivas de investimento plurianual
- Anexo IV Carta enviada à Autoridade da Concorrência
- Anexo V Plano de Ação de Gestão de Lamas de ETAR
- Anexo VI Relatório justificativo do aumento do gasto com aquisição do serviço de transporte e tratamento de lamas decorrente das alterações de mercado
- Anexo VII Parecer do Órgão de Fiscalização
- Anexo VIII Parecer do Revisor Oficial de Contas

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura Acionista da AdTA.....	5
Figura 2 – Área Geográfica servida pela AdTA.....	6
Figura 3 – Dimensão da AdTA.....	7
Figura 4 – Organograma da AdTA.....	9
Figura 5 – Principais Indicadores da AdTA.....	10
Figura 6 – Pressupostos Macroeconómicos de Referência.....	13
Figura 7 – Investimento em Capital Fixo para o período 2020 - 2022.....	24
Figura 8 – Detalhe do investimento para o período 2020 - 2022.....	24
Figura 9 – Detalhe do investimento para o período 2018 - 2022.....	27
Figura 10 – Detalhe da rubrica "Outros" para o período 2020.....	27
Figura 11 – Investimento – componente empreitadas – ano 2019 (estimativa de fecho).....	29
Figura 12 – Investimento – componente empreitadas – período 2020 - 2022.....	30
Figura 13 – Investimento e financiamento previsional – componente empreitadas – ano 2020.....	32
Figura 14 – Cálculo da expressão material do investimento.....	33
Figura 18 – Variação do endividamento no período 2019-2020 (artigo 159.º DLEO 2019).....	36
Figura 19 – Demonstração da Posição Financeira – Previsional.....	37
Figura 20 – Demonstração dos Resultados por Naturezas - Previsional.....	38
Figura 21 – Demonstração dos Fluxos de Caixa - Previsional.....	38
Figura 22 – Disponibilidades.....	39
Figura 23 - EBITDA.....	40
Figura 24 - EBIT.....	41
Figura 25 - Rácio PRC.....	41
Figura 26 - Rácio PRC Ajustado.....	42
Figura 27 – Produção de lamas.....	44
Figura 28 - Frota Automóvel.....	45
Figura 29 - Quadro de Pessoal (detalhe).....	46
Figura 30 - Quadro de Pessoal (evolução).....	47
Figura 31 - Gastos com Pessoal.....	50
Figura 32 - Gastos com Pessoal e número de colaboradores.....	50
Figura 33 – Variação dos Gastos com Pessoal.....	51
Figura 34 – Prazo médio de pagamento.....	52
Figura 35 - Esforço Público de Financiamento para o triénio 2020-2022.....	53

Estima-se que a população residente abrangida por este sistema seja atualmente de cerca de 2,3 milhões de habitantes na atividade de saneamento de águas residuais, servindo os seguintes 23 municípios: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.



Figura 2 - Área Geográfica servida pela AdTA

Na imagem seguinte são apresentados os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração:

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some scribbles.



Figura 3 - Dimensão da AdTA

1.2. ATIVIDADE DA CONCESSÃO ATRIBUÍDA À ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO PELO ESTADO PORTUGUÊS

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Oportunidades de expansão da atividade:

A Empresa tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando-se abranger cerca de 2,4 milhões de habitantes.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Encontra-se também previsto no Contrato de Concessão da AdTA, o desenvolvimento de outras atividades de negócio:

- A sociedade pode ainda, ao abrigo do Decreto – Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios;
- A sociedade pode ainda, nos termos previstos na lei e designadamente nos n.º 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto – Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, exercer outras atividades

para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas, ficando desde já autorizada a exercer as anteriormente exercidas pelas sociedades extintas.

[Handwritten signatures and initials]

1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os órgãos sociais da Águas do Tejo Atlântico para o triénio 2017/2019 foram eleitos em Assembleia-Geral de Acionistas realizada a 28 de abril de 2017, após o que foi definida a estrutura organizacional da Empresa:

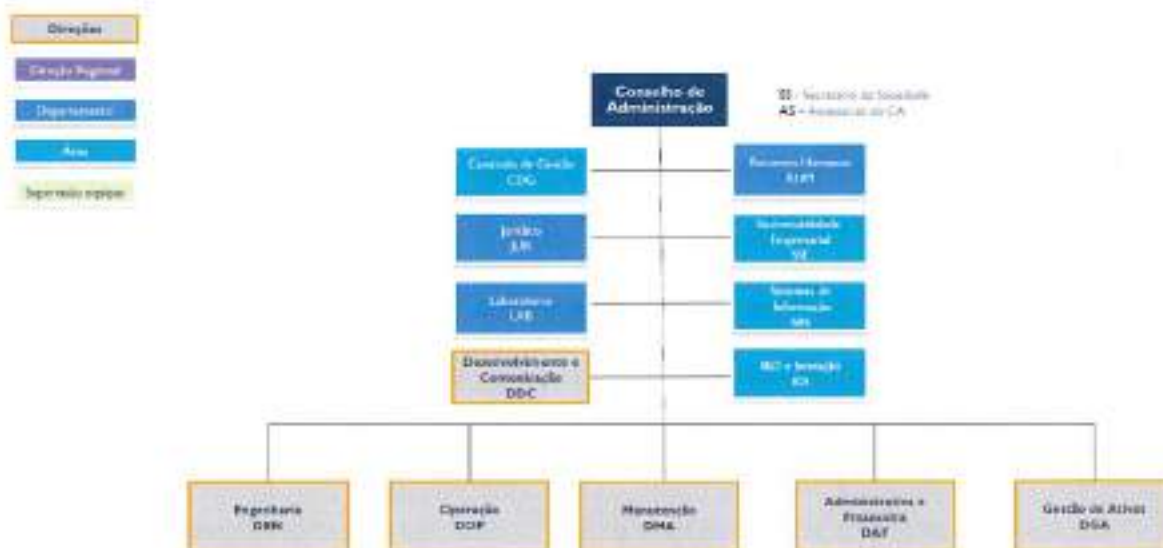


Figura 4 - Organograma da AdTA

1.4. SUMÁRIO EXECUTIVO

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., ("AdTA") é uma empresa pública que integra o perímetro de consolidação do Grupo Águas de Portugal ("Grupo AdP") e que pertence ao Setor Empresarial do Estado ("SEE") nos termos do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Está organizada para o cumprimento da missão e objetivos que lhe foram atribuídos pelos acionistas, atendendo ao enquadramento em que desenvolve a sua atuação, nomeadamente de:

- Âmbito regulatório e tarifário – salvaguarda da sustentabilidade económico-financeira;
- Âmbito operacional - garantido o cumprimento do respetivo Contrato de Concessão.

A empresa procura assegurar os recursos necessários ao cumprimento da sua missão, adequando a sua natureza aos custos correntes da atividade e ao plano de investimentos previsto.

O financiamento da empresa assenta, fundamentalmente em recursos próprios, em fundos da União Europeia e em financiamento do Banco Europeu de Investimentos ("BEI"). Dispõe ainda de linhas de financiamento de curto prazo destinados a apoio (pontual) de tesouraria, caso seja necessário.

Na estruturação do seu financiamento, a AdTA beneficia do aval do Estado Português, via o acionista AdP SGPS.

Para o período em análise estes são os principais indicadores de atividade da AdTA:

PRINCIPAIS INDICADORES	2018	2019	2020	2021	2022
Volume de Atividade (milhões de m ³)	198,1	192,4	206,4	206,4	206,4
População Servida (milhões de pessoas)	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
Fábricas de Água (N.º)	103	103	103	104	104
EE (N.º)	268	274	277	288	288

Figura 5 - Principais Indicadores da AdTA



1.5. CONSTRANGIMENTOS E LIMITAÇÕES

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. iniciou a sua atividade de forma independente no dia 1 de julho de 2017. Até essa data e desde a sua constituição (pelo Decreto-Lei n.º 34/2017), no dia 24 de março, a gestão da empresa foi assegurada pela EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A..

O ano de 2018 foi o primeiro ano civil completo de atividade da empresa, é ainda curto o seu período de atividade pelo que as perspetivas no que respeita às várias áreas da Tejo Atlântico ainda se revestem de necessidades várias para o melhor desenvolvimento das respetivas atividades.

A Empresa continuou em 2019 o esforço na otimização dos processos no sentido da redução dos consumos de energia, de reagentes, combustíveis e na melhoria do processo de produção de lamas, metas nem sempre fáceis de alcançar quando convertidas em gastos, por força das condições de mercado e de aumento de preços unitários.

A Tejo Atlântico tem vindo a deparar-se com sérios constrangimentos na aquisição de matérias subsidiárias e de serviços, em que os concursos ficam desertos por insuficiência do Preço Base lançado a concurso, que é determinado com base em procedimentos anteriores e com o objetivo de cumprir a Lei de Orçamento do Estado e o Decreto-Lei de Execução Orçamental, tendo em conta as limitações impostas.

No que respeita à rubrica de custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, a Empresa tem vindo a deparar-se com um acréscimo nos preços unitários de alguns reagentes químicos, alguns com impactes superiores a 25% e o acréscimo de gastos para 2020, para um volume idêntico de atividade, é da ordem dos 322 mil euros.

A Empresa viu-se ainda confrontada em finais do 1.º semestre de 2019 com o acréscimo significativo do preço unitário do transporte e tratamento de lamas, em que o valor praticamente duplicou. Esta situação justifica o acréscimo de gastos face a 2018, de 1,5 milhões de euros em 2019 e de 2,9 milhões de euros em 2020, para a prestação de serviços desta natureza.

Após a não adjudicação de procedimento de Concurso Público Internacional para a celebração de contrato de prestação de serviços de recolha, transporte e envio a destino final de lamas, em virtude de todas as propostas terem sido excluídas por excederem o preço base do concurso, viu-se a Tejo Atlântico obrigada a revogar a decisão de contratar nos termos da lei e abrir procedimento pré-contratual por lotes, para a celebração de contrato da referida prestação de serviços, cujos valores apresentados foram muito superiores aos até então praticados.

A Empresa, através da holding e consciente do problema que poderá decorrer desta situação, enviou carta formal à Autoridade da Concorrência, em maio de 2019, conforme cópia que se remete em anexo (Anexo IV).

A Tejo Atlântico não tem como não incorrer com este acréscimo de gasto, uma vez que tem de garantir a premente e imprescindível recolha, transporte e encaminhamento das lamas produzidas nas Fábricas de Água para destino final adequado, assegurando assim o cumprimento das licenças de descarga das infraestruturas e consequentemente garantir as condições de saúde pública e qualidade ambiental dos meios recetores.

Com o objetivo de não ficar dependente dos valores de mercado para o custo de transporte e deposição final de lamas, a empresa já iniciou a elaboração de um Plano de Ação de Gestão de Lamas de ETAR (Anexo V), que integrado no Plano Estratégico do grupo AdP, tem por objetivo reduzir a produção de lamas em 50% até ao ano de 2023 com aumento da produção de biogás, maior produção interna de energia e melhorar a qualidade das lamas produzidas de modo a poder ter mais alternativas para o seu destino final.

Este plano implicará a execução de novos investimentos e a criação interna de equipas dedicadas de modo a serem reduzidos os gastos associados às lamas em mais de 50%.

A Tejo Atlântico continuará em 2020 a apostar fortemente na manutenção preventiva e preditiva, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e de baixar o número e frequência das ações de manutenção corretiva, suprimindo insuficiências de manutenção de anos anteriores.

A recuperação dos défices de manutenção tem sido muito difícil e lento, devido à necessidade de subcontratação da prestação de serviços de manutenção, pois os prestadores têm a dificuldade em contratar no mercado técnicos especializados com capacidades adequadas ao nível de eletricistas, mecânicos e instrumentistas, sendo necessária a aposta na formação interna de jovens, nestas especialidades.

A atualização do Código de Contratação Pública originou um acréscimo significativo das dificuldades de aquisição de bens e serviços, o que se refletiu na execução da despesa de 2018 e que justifica o aumento para 2019 e 2020.

Em finais de 2018 a AdTA adjudicou uma série de contratos de manutenção, no valor de 12 milhões de euros, e estavam em tramitação procedimentos no valor de 8,5 milhões de euros, adjudicações que apenas no exercício de 2019 e dos anos seguintes se refletirão como gastos e efetivação das melhorias nos equipamentos pretendida com as referidas adjudicações.

Para um serviço de excelência a que a Tejo Atlântico se propõe e que a zona geográfica onde atua assim o exige, o risco de falhas é elevado devido à falta de meios técnicos e humanos, assim como os constrangimentos de não aumento da despesa com eventuais consequências negativas para a imagem da Empresa, para saúde pública, meio ambiente e economia da região.

1.6. PRINCÍPIOS, PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA E LINHAS ORIENTADORAS

O presente documento foi desenvolvido de acordo com as orientações do Grupo AdP e com base nas instruções de Direção-Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) para a elaboração da proposta de Instrumentos Previsionais de Gestão (“IEIPG”), constantes do ofício n.º 3653 de 26 de setembro de 2019, em cumprimento com o n.º 6 do art.º 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Para além do cumprimento das referidas instruções e determinações legais a proposta de PAO 2020 visa cumprir as diversas orientações governamentais, designadamente no que respeita: i) contenção de gastos e de endividamento e ii) orientações recebidas da tutela e do acionista.

Saliente-se ainda que sendo a atividade da Águas do Tejo Atlântico regulada pela ERSAR (Entidade Reguladora de Águas e Resíduos) o presente PAO segue igualmente as recomendações emanadas por aquela entidade.

Por último, a proposta de PAO 2020 visa atender ao constante da Lei de OE para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro) e no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (“DLEO para 2019”).

Os pressupostos macroeconómicos utilizados e que se reproduzem no quadro seguinte, foram:

Descrição	2020 Orçamento
Taxa de inflação	1,20%
Taxa de inflação energia	1,20%
Taxa de IVA (vendas)	6%
Taxa de IVA (prestação de serviços e venda de energia)	6%
Taxa de IVA (suportado)	23%
Prazo médio de recebimentos (prestação de serviços)	60
Prazo médio de pagamentos (fornecedores correntes)	30
Prazo médio de recebimentos (IVA)	120
Prazo médio de pagamentos (IVA)	60
Rotação de stocks	30
Taxa de IRC	21,00%
Taxa de derrama	0,49%
Derrama Estadual > € 1,5 M <= € 7,5 M	3,00%
Derrama Estadual > € 7,5 M <= € 35 M	5,00%
Taxa de remuneração do capital acionista	4,63%

Figura 6 - Pressupostos Macroeconómicos de Referência



2. Instrumento previsional de gestão

2.1. MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

Missão

A Águas do Tejo Atlântico tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Visão

Ser reconhecida, nacional e internacionalmente, como uma empresa de referência no setor da água em Portugal, pela qualidade do serviço prestado, inovação, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor, num quadro de respeito pelas exigências legais aplicáveis e outros compromissos voluntariamente assumidos pela empresa.

Objetivos

No decurso da sua atividade de exploração e gestão do referido sistema, a AdTA tem como objetivos a garantia da qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuindo para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

Políticas

A AdTA, assumindo o compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentado dos serviços de saneamento de águas residuais e para a concretização das metas nacionais estabelecidas para o setor, coloca o seu empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com os acionistas, clientes, colaboradores, concedente, fornecedores, comunidade e demais partes interessadas.

Consciente do seu papel como instrumento de desenvolvimento socioeconómico da região em que se insere, a empresa assume ainda a promoção da proteção do meio ambiente e a sua valorização junto da comunidade.

Neste contexto, a AdTA aplica uma estratégia de negócio assente nos seguintes princípios:

- Satisfação do cliente

Manter o foco na satisfação do cliente, antecipando e correspondendo às suas necessidades e expectativas, e estabelecer parcerias com vista à melhoria do serviço prestado;

- Motivação dos Colaboradores

Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, através da adequação e atualização de competências, consciencialização, formação e melhoria das condições de trabalho, garantindo a igualdade de género e fomentando o envolvimento, comprometimento com a eficácia do sistema de gestão, a responsabilidade individual e criatividade; Respeitar a liberdade de associação, de representação e a igualdade de oportunidades na relação com os colaboradores, recusando todas as formas de discriminação, o trabalho infantil ou trabalho forçado, e assegurando o recurso a uma cadeia de fornecimento que partilhe estes valores;

- Eficiência dos processos

Assegurar a otimização dos processos procurando garantir a eficiência, qualidade do serviço e a fiabilidade, o uso eficiente e sustentável dos recursos, a minimização dos impactos ambientais e riscos de segurança, bem como a prevenção da poluição, dos acidentes, das lesões, dos ferimentos, e dos danos para a saúde dos colaboradores, ou outros que trabalhem em nome ou ao serviço da AdTA, e da comunidade envolvente;

Promover o conceito do pensamento baseado no risco e da tomada de decisões baseadas em evidências, no planeamento e gestão dos processos;

Respeitar integralmente todos os requisitos da legislação aplicável, das normas ISO9001, ISO14001, OHSAS18001 e SA8000, e outros que a AdTA subscreva;

- Melhoria Contínua e Inovação

Apostar na aprendizagem permanente e no aprofundamento do conhecimento, como forma de assegurar a investigação, o desenvolvimento e a inovação, imprescindíveis à melhoria contínua do Sistema de Gestão;

- Transparência e Comunicação

Adotar uma postura de transparência partilhando, com as partes interessadas, a política empresarial, os objetivos estabelecidos e o desempenho atingido nas diferentes vertentes do desenvolvimento sustentável-económica, social e ambiental.

2.2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A Águas do Tejo Atlântico é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal.

A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Os valores fundamentais da sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e a preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, o equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental, a equidade no acesso aos serviços básicos e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os objetivos da sociedade são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

As orientações estratégicas são definidas nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e através de orientações específicas emanadas em despachos ministeriais e por deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, de acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações para a elaboração dos planos de atividades e orçamento para cada ano de atividade, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos do artigo 29.º do referido Regime.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente, enquanto ministério setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas no exercício da atividade operacional;
- Definir o serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que relativamente ao exercício de funções executivas prevê as seguintes obrigações:

- Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, do setor e do Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

O Conselho de Administração deve assegurar que a Empresa, sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;

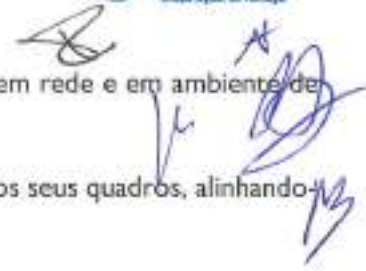


- Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a Águas do Tejo Atlântico, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

- Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da:
 - Promoção de parcerias integrando, quando adequado, sistemas municipais, privilegiando a promoção da gestão do ciclo integral da água;
 - Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento;
- Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais;
 - Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais;



- Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais;
- Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
 - Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
 - Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
 - Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
 - Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001;
- Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural;
- Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
 - Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção;
 - Consolidação do conhecimento das infraestruturas;
 - Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
- Assegurar um efetivo envolvimento da sociedade na implementação de medidas de proteção ambiental multissetoriais, nomeadamente as medidas necessárias para a resolução dos problemas dos efluentes agropecuários e agroindustriais;
- Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

Objetivos de gestão

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas e apresentadas anteriormente, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato. As orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas para o mandato de 2017/2019, para a Águas do Tejo Atlântico, foram apreciadas e aprovadas em Assembleia Geral de acionistas realizada em 4 de agosto de 2017, pelo que os gestores da AdTA irão pautar a sua atuação no respeito pelas principais linhas de orientação transmitidas pelo acionista, designadamente para que numa lógica de sustentabilidade económica, social e ambiental. Os objetivos de gestão aprovados são dez, vertidos em, cinco indicadores financeiros, um ambiental, três de



eficiência e sustentabilidade e um de reporte. Anualmente é realizada a monitorização dos objetivos de gestão e do mandato, pelos acionistas, que constará do relatório de gestão e de prestação de contas anuais, estando vertido o grau de atingimento do mandato de 2017 no Relatório desse mesmo ano.

Os objetivos de gestão são os seguintes:

- Plano de redução de custos (limitar o aumento dos gastos operacionais face ao volume de negócios);
- Diminuição do endividamento bancário;
- Diminuir a dívida comercial vencida de devedores municipais;
- Não aumentar o PMR e o PMP (tesouraria de exploração);
- Rentabilidade (do capital investido);
- Qualidade da água residual;
- Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia (certificação de qualidade norma ISO 50.001);
- Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos (certificação de qualidade norma ISO 55.001);
- Indicador PEPE (Plano de Eficiência e de Produção de Energia);
- Cumprimento dos prazos de reporte.

2.3. CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Encontra-se em curso a análise do contrato de gestão com o acionista e/ou o Estado.

A AdTA não tem celebrado qualquer contrato-programa com o Estado.

Relativamente ao contrato de prestação de serviço público e tendo por base o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, devem elaborar e apresentar ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais, exceto quando a relação jurídica administrativa seja titulada por Contrato de Concessão e nos mesmos se encontrem reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral.

Apesar da AdTA ser uma empresa pública, não lhe foi confiada qualquer prestação de serviço público ou serviço de interesse geral e não apresentou, ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo sector de atividade, qualquer proposta de contratualização da prestação desse serviço público ou de interesse geral.

2.4. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Com vista à prossecução dos objetivos estratégicos definidos nos vários domínios da atividade da Empresa, a AdTA virá a dispor de um conjunto de instrumentos de planeamento, execução e controlo, dos quais se destacam pela sua importância em termos económicos e financeiros:

- Plano Anual de Investimentos (PAI):

O PAI é elaborado anualmente para um horizonte temporal de três anos e consiste numa previsão de todos os investimentos que a empresa prevê realizar para esse período, tendo por base, fatores de sustentabilidade económica, de manutenção da qualidade dos efluentes e serviços prestados e de eficiência organizacional.

A realização de cada um dos projetos de investimentos é controlada rigorosamente, por meio do sistema SAP ERP, de tal modo que não é possível a assunção de compromissos financeiros que não estejam aprovados em sede de PAI e cumprindo escrupulosamente a delegação de competências em vigor na Empresa.

Qualquer investimento que se pretenda realizar não previsto no PAI carece de deliberação do Conselho de Administração (CA), independentemente do montante envolvido.

- Orçamento Anual:

O Orçamento é elaborado anualmente, de acordo com os princípios contabilísticos vigentes na Empresa, com a participação ativa de todos os responsáveis da Empresa, os quais ficam vinculados a justificação dos desvios supervenientes perante o CA.

- Controlo:

A avaliação da execução do PAI e do Orçamento Anual é feita mensalmente, sendo elaborados Relatórios de Controlo de Gestão que monitorizam um vasto conjunto de indicadores económico-financeiros e também operacionais.

A monitorização do cumprimento dos objetivos anuais é feita anualmente pelo acionista maioritário (Grupo AdP), constando a mesma dos Relatórios Anuais de prestação de contas, disponibilizados publicamente no site da Empresa.

- Relatórios de Acompanhamento:

Trimestralmente são produzidos relatórios fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento e que incluem o plano de investimento e as respetivas fontes de financiamento.

Refira-se ainda que a aquisição de bens e/ou serviços é monitorizada através de ferramentas de controlo integrantes do sistema de gestão da empresa (ERP) – SAP. Este sistema incorpora as delegações de competências e fluxos de autorização, em vigor na empresa, para efeitos de aprovação e autorização de despesas.

2.5. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2020

Tal como referido anteriormente, a Águas do Tejo Atlântico, foi constituída por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, através do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo o Contrato de Concessão sido assinado em 28 de abril de 2017. Utilizando uma prerrogativa prevista no referido diploma legal, até 30 de junho de 2017, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi gerida pela Empresa Portuguesa das Águas Livres, iniciando a sua atividade de forma independente em 1 de julho de 2017.

No primeiro semestre de 2019 e à semelhança dos exercícios anteriores, a Empresa focou-se:

- Em potenciar o relacionamento institucional, promovendo a proximidade com as autarquias e com os meios de comunicação social, nomeadamente através do desenvolvimento de momentos e ações específicos;
- No planeamento e controlo das atividades de comunicação externa, na dinamização de uma campanha estruturada de comunicação multimeios, com especial incidência na especialização da gestão de canais digitais, através de uma plataforma de gestão multifins com capacidade de gerar dinâmicas de uso simples e flexível;
- Na consolidação dos meios de comunicação internos com os trabalhadores da Empresa, desenvolvidos como pontos de relacionamento, proximidade e de informação constante e fiável;
- Na criação de dinâmicas e motivação através da promoção de iniciativas internas, que têm sido foco estratégico de atuação, promovendo benefício para colaboradores e agregados familiares com vista à edificação de cultura empresarial;
- Na área de educação ambiental a Empresa tem procurado uma interação permanente com os Stakeholders, através de parcerias, visitas às infraestruturas operacionais da Tejo Atlântico, bem como, o desenvolvimento dos respetivos suportes de informação e de educação;
- Tem sido potenciado o relacionamento institucional e a representação empresarial externa, no sentido de gerar oportunidades de relacionamento e de negócio com vista ao reposicionamento da Tejo Atlântico no setor, suportado pela introdução do conceito "Fábricas de Água";
- Na área jurídica tem sido aposta da Tejo Atlântico a consolidação de conhecimentos e práticas de contratação pública, face às alterações introduzidas pela revisão do Código dos Contratos Públicos operada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto;
- A operação da Tejo Atlântico teve particulares preocupações na reorganização das equipas e dos meios disponíveis, com enfoque na formação dos operadores e na difusão dos meios informáticos por toda a área da concessão;
- Em fomentar a colaboração junto das entidades gestoras das redes "em baixa" de forma a sensibilizar a necessidade de atuação na rede municipal para diminuir os episódios de descargas e de afluências indevidas com consequências na qualidade da água nos meios recetores e na fiabilidade das Fábricas de Água;



- Em potenciar a utilização da água reciclada por toda a concessão, com aposta na melhoria da qualidade e na parceria com outras entidades, promovendo a substituição da utilização de água potável e de furos nas instalações da Tejo Atlântico pela água reciclada com vista à autossuficiência em água;
- Na consolidação da reorganização funcional resultante da estrutura orgânica implementada em 2017;
- Na otimização dos recursos alocados à atividade e em dar seguimento à racionalização dos gastos com a operação e a manutenção sem pôr em causa a qualidade do serviço;
- Continuação do processo de Inventariação e etiquetagem dos ativos operacionais das infraestruturas dos centros operacionais;
- Na execução da prestação de serviços para elaboração do projeto e processo de concurso do sistema de telegestão da Águas do Tejo Atlântico, que englobará todas as instalações da empresa.

Em 2020 a Águas do Tejo Atlântico pretende prosseguir com as atividades já iniciadas em anos anteriores, bem como apostar:

- Na recuperação e execução do investimento previsto no Contrato de Concessão;
- Na eficiência energética;
- Na excelência da relação com os Municípios;
- Na formação e melhoria contínua dos recursos humanos;
- Na garantia da qualidade, da continuidade e da eficiência dos serviços públicos de águas;
- Reforço na recuperação do défice de manutenção das infraestruturas;
- Preparação do Plano Estratégico das Lamas, com elaboração de projetos e início dos investimentos;
- Preparação do Plano Estratégico de Reutilização de Água Residual Tratada (Água +) de acordo com as instruções do Ministério do Ambiente e da Transição Energética.

2.6. PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL

Enquadramento global

A garantia de uma estrutura de capitais adequada aos desafios e orientações constitui uma das maiores preocupações da AdTA, atendendo não só ao necessário, porém avultado Plano de Investimentos, mas também às regras e orientações presentes em cada exercício. Esta preocupação constitui um dos pressupostos de construção do EVEF (Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, Anexo III do Contrato de Concessão) da AdTA.

O Contrato de Concessão da AdTA estabelece um prazo de concessão de 30 anos (2017-2046). Para este horizonte temporal está previsto um investimento, a preços constantes de 2016, de 197,7 milhões de euros. Incorporado neste plano de investimentos está um valor de investimento de substituição/renovação/reabilitação de, cerca de 89,1 milhões de euros.

Para além dos investimentos de substituição/renovação/reabilitação, o imobilizado da empresa (construção civil e equipamento operacional) estará sujeito a trabalhos de manutenção.

Investimento	31.12.2018 Real	31.12.2019 EF	31.12.2020 Orçamento	31.12.2021 Projeção	31.12.2022 Projeção
Investimento do período (previsto no EVEF)	12 374 515	17 636 874	24 979 380	36 168 814	31 075 016
Investimento do período	9 189 513	16 013 606	37 584 607	46 898 983	37 812 422

Figura 7 - Investimento em Capital Fixo para o período 2020 - 2022

O volume de Investimento em infraestruturas previsto para 2020 é de 37,6 milhões de euros. No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos investimentos por grandes rubricas:

Investimento	31.12.2020 Orçamento	31.12.2021 Projeção	31.12.2022 Projeção
Empreitadas	23 388 610	38 707 265	30 591 507
Estudos e projetos	1 449 327	1 136 587	618 110
Temas	321 942	137 552	68 652
Fiscalizações	550 811	1 033 040	694 746
Assessorias	91 695	158 784	113 652
Outros	11 782 221	5 725 755	5 725 755
	37 584 607	46 898 983	37 812 422

Figura 8 – Detalhe do investimento para o período 2020 - 2022

Na rubrica “Outros” foram previstos os investimentos associados à capitalização de encargos, a projetos de investigação & desenvolvimento, às aquisições diretas de equipamento básico e a intervenções em infraestruturas associadas às atividades operacionais, que necessitam de substituição/renovação/reabilitação, no âmbito da obrigação de conservação e manutenção das infraestruturas da concessão. As aquisições de equipamento básico, atendendo à sua natureza, valor e características dos bens a adquirir, nomeadamente o prolongamento da vida útil dos equipamentos, foram classificadas

com investimento em detrimento de serem previstas na rubrica de conservação e manutenção de fornecimentos e serviços externos.

O planeamento de investimentos da Águas do Tejo Atlântico é revisto com periodicidade anual, sendo objeto de acompanhamento mensal no que respeita designadamente à execução física e financeira.

Os investimentos previstos anualmente têm em consideração como critérios de seleção e priorização as empreitadas previstas no Apêndice IV do Anexo I do Contrato de Concessão e as necessidades das áreas operacionais da Empresa, de forma a manter a qualidade e eficiência dos serviços de recolha e tratamento de águas residuais, promover a saúde pública, o bem-estar das populações e proteção do ambiente. Adicionalmente é também ponderado o resultado da avaliação de risco de cada investimento resultante da aplicação da Metodologia de Priorização de Investimentos das Águas de Portugal.

Os referidos investimentos têm como objetivo dar cumprimento à obrigação, expressa na cláusula 14.ª do Contrato de Concessão, de manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens e meios afetos à Concessão, efetuando a conservação, reparação, renovação, manutenção, adaptação e melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos, que se revelem necessários ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis.

Refere-se ainda a priorização do investimento novo de construção de ETAR, estações elevatórias e emissários/interceptores que têm por função a expansão do Sistema e o aumento da cobertura/população servida e, como tal, a melhoria significativa da qualidade da água dos meios recetores nas áreas envolventes, a par com os benefícios sociais, económicos e de saúde pública.

A Águas do Tejo Atlântico tem ainda em consideração os objetivos e estratégias definidas para o setor numa perspetiva ambiental, económica e social. Neste contexto, salientam-se investimentos que têm em vista uma maior eficiência energética que resulte na redução dos consumos de energia, com consequentes impactos positivos no ambiente, nomeadamente ao nível da redução das emissões de CO₂, enquadrados no âmbito do Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) das Águas de Portugal e o investimento previsto na instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fábricas de Água de Alcântara e Beirolas.

Numa perspetiva de sustentabilidade e mudança do paradigma de conversão das ETAR para Fábricas de Água destaca-se a priorização dos investimentos em Secagem Solar de Lamas e Cogeração.

Salienta-se também as melhorias associadas ao controlo, automação e supervisão do funcionamento Sistema, por via de investimento em Telegestão – Automação que visa um aumento da eficácia e conhecimento do Sistema.

Destacam-se também a execução de intervenções profundas de reabilitação/substituição nas Fábricas de Água de Chelas, São João da Talha, Arruda dos Vinhos e Santa Cruz/Silveira cujas componentes de construção civil, equipamentos, instalações elétricas e supervisão/automação apresentam elevado grau de degradação, aproximando-se do seu fim de vida útil, em que a frequência de falhas se tornou muito significativa, com custos muito acrescidos e elevados níveis de

manutenção (preventiva e curativa). A execução destes investimentos é por isso necessária e premente para a melhoria das condições de desempenho, resiliência e operacionalidade dos órgãos e equipamentos existentes.

Atendendo ao atual panorama de alterações climáticas e eventos extremos de seca e precipitação estão também previstos investimentos de controlo de caudais pluviais e outras afluências indevidas.

Alinhada com a política nacional de gestão dos recursos hídricos a Águas do Tejo Atlântico tem como um dos seus objetivos o incentivo e promoção da prática de reutilização das águas residuais tratadas nas suas infraestruturas e ao nível da higiene urbana das cidades e espaços verdes na sua área de concessão.

Sempre que seja viável uma alternativa técnica e economicamente equiparável, a Águas do Tejo Atlântico pretende dotar as suas ETAR com sistemas de tratamento complementares para a reciclagem de águas residuais tratadas, com uma qualidade e condições de segurança para os trabalhadores e utilizadores, compatíveis com a sua reutilização nos diversos usos. Salientam-se em particular os investimentos que se prevê realizar em 2020-2021 relativo à implementação de “Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolas e de Alcântara”.

O investimento previsto para o triénio 2020-2022, a quase totalidade encontra-se previsto no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Águas do Tejo Atlântico (EVEF), tendo em vista garantir a sustentabilidade económica e financeira da Concessão. Os investimentos que não estão previstos no EVEF serão objeto de aprovação e autorização prévia da Entidade Reguladora e do Concedente.

Salienta-se que no referido triénio será feito um esforço na recuperação do investimento que não foi possível realizar nos anos de 2017 e 2018, conforme a previsão que consta do EVEF.

Conforme indicado no quadro relativo ao investimento e financiamento previsional (figura 13), parte dos investimentos da Águas do Tejo Atlântico poderão ser realizados recorrendo a empréstimo ao Banco Europeu de Investimento (BEI), mediante candidatura aprovada de cerca de 90 milhões de euros, cuja taxa de financiamento é de 50%, dependente da análise feita em tempo.

Os projetos de investimento são instruídos de acordo com o Decreto-Lei n.º 277/2009 de 2 de outubro e aprovados nos termos e condições definidos no Contrato de Concessão e no Decreto-Lei n.º 34/2017 de 24 de março. Os projetos de investimento são aprovados/autorizados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), Ministério do Ambiente e da Transição Energética (MATE) e pelos Municípios territorialmente competentes.

De referir ainda que a Águas do Tejo Atlântico é ambientalmente e economicamente regulada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e ERSAR respetivamente.

Investimento Previsional

O volume de Investimento em infraestruturas previsto para 2020 é de 37,6 milhões de euros, apresenta-se no quadro seguinte os valores globais para as grandes rúbricas, a par com a projeção para 2021 e 2022.

Investimento	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção
Empreitadas	6 975 210	12 899 639	23 388 610	38 707 265	30 591 507
Estudos e projetos	369 404	676 297	1 449 327	1 136 587	618 110
Terranos	26 363	716 156	321 942	137 552	68 652
Fiscalizações	190 942	330 501	550 811	1 033 040	694 746
Assessorias	78 092	67 802	91 695	158 784	113 652
Outros	1 529 502	1 323 211	11 782 221	5 725 755	5 725 755
	9 169 513	16 013 606	37 584 607	46 898 983	37 812 422

Figura 9 – Detalhe do investimento para o período 2018 - 2022

Apresenta-se no quadro seguinte a descrição sumária da composição da rúbrica de Outros (investimentos), para o ano de 2020:

Investimento Outros	31.12.2020 orçamento
Imobilizado Fim e - Equipamento básico	8 244 744
Investimento associado a projetos de investigação e desenvolvimento	1 115 126
Capitalização de gastos	1 168 264
Outros	1 254 088
	11 782 222

Figura 10 – Detalhe da rubrica "Outros" para o período 2020

Na rúbrica "Outros" foram previstos os investimentos associados à capitalização de encargos e às aquisições diretas de equipamento administrativo, de laboratório, ferramentas e utensílios, que pelo valor de aquisição ou período de vida útil, revestem a natureza de imobilizado.

Do valor de 8,2 milhões de euros de investimento associado às aquisições de equipamento básico, destacam-se:

- Beneficiação dos sistemas de distribuição de ar comprimido - 100 mil euros;
- Aquisição de válvulas e atuadores/posicionadores de reserva para o sistema de biofiltração da ETAR de Alcântara - 137,5 mil euros;
- Reparação e substituição dos ESP em más condições - 200 mil euros;
- Grades e bombas na zona Norte - 1,5 milhões de euros;
- Substituição de UPS - 100 mil euros;
- Substituição de Equipamento para a ETAR da Ericeira – 450 mil euros;
- Fornecimento de Equipamento de Gradagem Vários – 74,5 mil euros;
- Aquisição de sensores de descarga e nível para sistema de monitorização de caudais indevidos – 75 mil euros;
- Instalação e fornecimento de um piloto recuperação nutrientes – 100 mil euros;



- Analisador TOC – 150 mil euros;
- Equipamento de substituição para Centro Operacional da Guia – 470 mil euros;
- Aquisições várias de equipamento básico associadas às atividades operacionais para substituição/renovação/reabilitação, no âmbito da obrigação de conservação e manutenção das infraestruturas da concessão – 4,9 milhões de euros.

As aquisições de equipamento básico, atendendo à sua natureza, valor e características dos bens a adquirir, nomeadamente o prolongamento da vida útil dos equipamentos, foram classificadas como investimento em detrimento de serem previstas na rubrica de conservação e manutenção de fornecimentos e serviços externos.

Destaca-se também nesta rubrica a realização de investimentos associados a projetos de investigação e desenvolvimento (I&D), tendo em vista o estudo e implementação de soluções alternativas que se traduzirão em benefícios ambientais e económicos a curto e médio prazo nos processos de tratamento nas ETAR, nomeadamente ao nível do aproveitamento/valorização de subprodutos (biocombustíveis, biosólidos, bioplásticos, bionutrientes, água reciclada), soluções na área da energia e neutralidade energética e da otimização das etapas de tratamento lamas de ETAR. Prevê-se com a implementação dos projetos se recupere, em termos de custos operacionais, o investimento efetuado em períodos inferiores a 6 anos. Salienta-se ainda que toda a rubrica de investimento em I&D é elegível para benefícios fiscais no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (SIFIDE).

Investimento previsional detalhado

Nos quadros seguintes será exposta a informação de investimento previsional detalhada, tendo-se optado por pormenorizar apenas a componente de “empreitadas”, por ser aquela que representa valores de execução financeira mais significativos.

Atendendo à estimativa de fecho para o ano 2019 apresenta-se no quadro seguinte os investimentos para a componente de “empreitadas” que representam cerca de 90% da execução prevista no referido período.

TA-106	Conceção/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beróles - Fase I	5 344	2 799
TA-176 A	Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes	1 191	1 046
TA-109	Emissários gravíticos e sistemas elevatórios do subsistema da Encerra-Fase II	1 118	1 011
TA-200	Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beróles	1 010	1 010
TA-166 A	Construção dos Emissários Gravíticos do Subsistema do Carvalho	967	879
TA-078	Reabilitação do emissário de Capandê, na zona de Sintra (ex CP0010.00 e CP1630.00)	1 568	866
TA-100	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	2 537	561
TA-031	Construção dos Sistemas Elevatórios de Molede, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca	870	516
TA-125	Beneficiação do Sistema de Desinfecção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	900	364
TA-121	Construção de Espaços de Armazenamento, Arquivo e Parque Exterior da ETAR de Alcântara	348	348
TA-176 A2	Reparações Gerais no Subsistema de Alcântara	339	339
TA-212	Melhoria de Condições de Segurança nas Infraestruturas da Área de Concessão	369	310
TA-214	Reparações de Construção Civil nos Múlbios da ETAR de Alcântara (obra obrigo garantia)	300	300
TA-210	Pavimentações na Área de Concessão de Águas do Tejo Atlântico	269	269
TA-099	Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas - Fase I	893	255
TA-034	Execução do Interceptor de Casais de Boças	228	228
TA-108	Emissário Quinta das Pretas - Fase II e Fase III	725	201
TA-105	Construção da Estação Elevatória do Bairro Mira/CPan	180	180
TA-020	Remodelação ETAR de Macieira	688	177

Figura 11 – Investimento – componente empreitadas – ano 2019 (estimativa de fecho)

Salienta-se que o investimento TA-108 – Emissário Quinta das Pretas – Fase II e III está a ser executado pelo Município de Loures ao abrigo de protocolo com a Águas do Tejo Atlântico.

No quadro seguinte apresentam-se os valores do investimento previsional. Atendendo à quantidade total de projetos, muitos destes de pequeno montante, optou-se por individualizar os projetos de investimento com maior valor de execução no triénio 2020-2022 e cuja execução financeira global representa 80% do valor previsto para o referido período.



TA 109	Condição/Construção para a Beneficiação do ETAR de Benfica - Fase I	2018	944	1.149	2.200				2.349	
TA 107	Condição/Construção da remodelação do sistema de tratamento e tratamento de lamas da Fátima de Água de São João de Tâmega	2019			2.300				2.300	
TA 119	Condição/Construção da Beneficiação da Fátima de Água de Chelas - Fase I	2020			1.604	3.108			4.712	
TA 117 B	Condição/Construção da Beneficiação do Aterramento de Englobar os Efluentes de Água de Benfica, Fátima e S. João de Tâmega - RPT	2019		100	1.337				1.437	
TA 117 A	Beneficiação/Ampliação do Sistema de Saneamento de S. João de Tâmega	2020			1.100				1.100	
TA 124 A	Reparação de Condutão Civil em Infraestruturas Externas	2019	304	1.191					1.495	
TA 108	Instalação gravítica e sistema elevatório do sub-sistema de Alôndra/Fátima B	2019	343	1.118					1.461	
TA 105	Fornecimento e Montagem de Tambores para o Sub-sistema de Alôndra, Chelas e Benfica	2019	904	1.000					1.904	
TA 120	Beneficiação da Fátima de Água de São João de Tâmega	2020			919	1.301			2.220	
TA 109	Realização de Operações de Manutenção da Fátima de Água de Chelas - Fase I	2019		201	618				819	
TA 108 A	Construção dos Elementos Civis do Sub-sistema de Chelas	2019	144	967					1.111	
TA 121	Construção dos Sistemas Elevatórios de Matosinhos, Reguengo Pequeno e Fátima B	2019	12	318	354				684	
TA 124	Realização de Estudos de Casos, no âmbito da Lei n.º 150/10 (Lei n.º 150/10)	2019	1.000	1.261					2.261	
TA 123	Beneficiação do sistema de Beneficiação por UV da Fátima de Água de Alôndra	2019		564	436				1.000	
TA 121	Condição/Construção do sistema de Tratamento Condensante para Redução de Água Residual da Fátima de Água de Benfica	2020			300				300	
TA 104	Instalação de Tanques de Flotação - Fase II e Fase III	2019		201	483	40			724	
TA 117 C	Condição/Construção da remodelação do sistema de tratamento de lamas das estações assépticas da Fátima de Água de Fátima - F. L. 74 - RPT	2019		90	600				690	
TA 109 A	Beneficiação do ETAR de Ourense - Instalação de 22 Tanques de Cloro na Amargosa (Estação de Tratamento de Água de Fátima e F. L. de Santo Cruz B)	2020			630				630	
TA 120	Remodelação do ETAR de Amias das Vinhas	2020			479	1.021			1.500	
TA 124 C	Manutenção das Condutas de Saneamento e Reparções em Infraestruturas Externas	2020			587	703	01		1.291	
TA 102	Realização dos trabalhos de Construção, Instalação e Lixo	2019	2.344	2.031					4.375	
TA 121	Realização dos Estudos de Caso do ETAR de Benfica, Ourense, Fátima de Chelas, Fátima, Matosinhos, Fátima e Fátima	2020			471	1.119			1.590	
TA 121	Substituição de Bombas em Equipamentos de Tratamento de Condutão	2020			374	199			573	
TA 120	Manutenção das Condutas de Saneamento e Reparções em Infraestruturas Externas	2019	130	310	59				499	
TA 121	Condição/Construção para Beneficiação do Sistema de Tratamento de Lamas	2020			356	114			470	
TA 121	Manutenção e Montagem de sistemas de Lubrificação para o ETAR de Chelas e Fátima - Fase I	2019		348	307				655	
TA 124	Reparação de Tanques em Equipamentos de Alôndra	2019	222	339					561	
TA 108 D	Condição/Construção do sistema de tratamento e acondicionamento de resíduos na Fátima de Água de Alôndra	2020			316	433	00		749	
TA 120	Reparação de Condutão Civil na Malha do ETAR de Alôndra (zona englobada)	2019		300					300	
TA 120	Reparação de Tanques em Equipamentos de Alôndra	2020			286	114			400	
TA 120	Fornecimento e Instalação de Tanques e Bombas na Fátima de Água de Alôndra e Benfica	2020			273	1.027			1.300	
TA 110	Realização de Estudos de Casos de Água de São João de Tâmega	2019	101	248					349	
TA 117 E	Realização de Estudos de Casos de Água de São João de Tâmega e do Projeto de Integração (RPT) - Fase 2 - Realização de Estudos	2020			350	1.191			1.541	
TA 108	Realização dos Estudos Elevatórios de Fátima, Fátima e Casal de Alôndra	2020			252	194			446	
TA 124	Remodelação do ETAR de São João de Tâmega	2020			230	1.000	200		2.430	
TA 108	Construção dos Tanques Elevatórios de Alôndra	2019		40	166				206	
TA 124	Fornecimento e Montagem de sistemas de Aquecimento da Fátima de Água de Benfica	2019		104	141				245	
TA 108	Realização do Projeto de Casos de Água de São João de Tâmega	2019	191	224					415	
TA 108	Reparação de Tanques em Equipamentos de Alôndra	2020			220	1.000	390		2.610	
TA 108	Reparação de Tanques e Bombas em Equipamentos de Alôndra	2020			215	430			645	
TA 107	Equipamento individual para realimentação de lamas	2020			190				190	
TA 124 B	Substituição e Reparação em Equipamentos em ETAR e STAR de Água de Condutão	2020			196	241	500		937	
TA 110	Construção de tanques de tratamento de lamas do ETAR de Alôndra	2020			192	110			302	
(...)	Restantes Investimentos	-	8.907	9.060	4.070	23.255	28.142		36.540	101.140

Água 12 – Investimentos – componente empresarial – período 2020 - 2022

Salienta-se que os Restantes Investimentos mencionados no quadro acima representam um conjunto de projetos de investimento com execução financeira menos significativa no triénio 2020-2022.

No quadro seguinte apresentam-se os valores do investimento provisorial em que se procurou individualizar os projetos de investimento com maior execução financeira realizada/prevista no triénio 2018-2020 para possibilitar o acompanhamento da taxa de execução física/financeira e evidenciar a evolução em 2018 (execução), 2019 (estimativa) e 2020 (previsão).

Projeto	Descrição	Valor (meuros)	Valor (meuros)	Valor (meuros)	Valor (meuros)	Valor (meuros)	Valor (meuros)	Valor (meuros)	Valor (meuros)	Valor (meuros)	Valor (meuros)	Valor (meuros)	Valor (meuros)
PA001
PA002
PA003
PA004
PA005
PA006
PA007
PA008
PA009
PA010
PA011
PA012
PA013
PA014
PA015
PA016
PA017
PA018
PA019
PA020
PA021
PA022
PA023
PA024
PA025
PA026
PA027
PA028
PA029
PA030
PA031
PA032
PA033
PA034
PA035
PA036
PA037
PA038
PA039
PA040
PA041
PA042
PA043
PA044
PA045
PA046
PA047
PA048
PA049
PA050
PA051
PA052
PA053
PA054
PA055
PA056
PA057
PA058
PA059
PA060
PA061
PA062
PA063
PA064
PA065
PA066
PA067
PA068
PA069
PA070
PA071
PA072
PA073
PA074
PA075
PA076
PA077
PA078
PA079
PA080
PA081
PA082
PA083
PA084
PA085
PA086
PA087
PA088
PA089
PA090
PA091
PA092
PA093
PA094
PA095
PA096
PA097
PA098
PA099
PA100
Restantes Investimentos	

A informação adicional referente aos "Restantes Investimentos" mencionados na figura anterior no que respeita às Fontes de Financiamento, apresenta-se no quadro seguinte em termos de valores globais estimados, ano a ano. Salienta-se ainda que os Restantes Investimentos representam um conjunto de projetos de investimento com execução financeira menos significativa no ano de 2020 e que a sua desagregação, projeto de investimento a projeto de investimento, se manifestaria significativamente extensa.

Fontes de Financiamento	Investimento	Valor	2019		Realização no triénio			Realização
		acumulado 31 Dec 2018 (meuros)	Valor Previsto PAO 2019 (meuros)	Valor Estimado (meuros)	2020	2021	2022	após 2022
Auto-financiamento	Restantes Investimentos	1 390	1 519	329	2 753	14 578	18 470	23 386
Endividamento – BEI	Restantes Investimentos	1 056	779	357	1 153	6 639	7 600	12 981
Fundos Comunitários (FEE-PNAEE)	Restantes Investimentos	37	98	61				
Total (meuros)		2 483	2 396	746	3 906	21 218	26 070	36 367

No quadro seguinte apresenta-se o investimento e financiamento previstos para o ano de 2020. São descritos com detalhe os investimentos com maior execução financeira durante o ano de 2020 e o conjunto dos quais representa cerca de 80% do investimento em questão.

TA 227	Condição Construção de investimento de sistema de arejamento de tratamento de águas da Fábrica de Água de São João Talha	2 300	2 300			400	100	Não	---	
TA 199	Condição Construção para Beneficiação de ETAR de Beirós - Fase 1	3 444	2 300			400	100	Incluído no PAC20	5,0	
TA 219	Condição Construção de Beneficiação de Fábrica de Água de Chelas - Fase 1	4 400	1 400			400	100	Não	---	
TA 217 C	Condição Construção de Beneficiação de Remoção de Nitrogénio em Fogos dos Caldeiros de Água de Beirós - Fases A e F - Fábrica de Talha - FASE	1 100	1 100			400	100	Não	---	
TA 024 A	Beneficiação de Fábrica de Água de São João da Talha	1 100	1 100			400	100	Não	5,0	
TA 222	Beneficiação de Fábrica de Água de São João da Talha	2 300	715			300	100	Não	5,0	
TA 211	Condição Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirós	300	300			300	100	Não	Não	Em negociação com o MATE
TA 024	Remediação de Delineamento da Fábrica de Água de Alcântara - Fase 1	400	400			400	100	Não	5,0	
TA 024 A	Remediação de ETAR de Santa Cruz (Fase 1) - Fábrica de Alcântara	400	400			400	100	Não	5,0	
TA 024 B	Remediação de ETAR de Santa Cruz (Fase 2)	1 100	615			400	100	Não	5,0	
TA 117 C	Condição Construção de investimento de sistema de tratamento de águas das águas em instalações industriais - Fábrica de Água de Beirós - FASE	610	610			400	100	Não	5,0	
TA 117 C	Planos de Contingência de Segurança e Resposta em Situações de Emergência	1 100	140			400	100	Não	5,0	
TA 024	Planos de Contingência de Segurança - Fábrica de Talha - Fase B	100	140			400	100	Não	5,0	
TA 220	Remediação de Fábrica de Água de ETAR de Beirós - Sistema Tratamento Físico de Degradação de Poluentes Orgânicos e Fósforo	1 100	700			400	100	Não	5,0	
TA 124	Beneficiação do sistema de Beneficiação de Fábrica de Água de Alcântara	400	440			400	100	Não	5,0	
TA 024	Beneficiação de Fábrica de Água de Beirós - Remediação de Fábrica de Alcântara	400	440			400	100	Não	5,0	
TA 024	Condição Construção para Beneficiação de Fábrica de Tratamento de Efluentes Industriais e de Fabricação de Fábrica de Água de Alcântara	400	440			400	100	Não	5,0	
TA 024	Condição Construção de Fábrica de Água de Alcântara - Remediação de Fábrica de Alcântara - Remediação de Fábrica de Alcântara	400	440			400	100	Não	5,0	
TA 219 B	Condição de ETAR de Carvalhal	1 100	310			400	100	Não	5,0	
TA 100	Planos de contingência de segurança de sistemas de tratamento de águas de Beirós - Fábrica de Talha e Fábrica de Beirós	340	300			400	100	Não	5,0	
TA 024	Condição Construção de obras de manutenção e desenvolvimento de instalações de Fábrica de Água de Alcântara	400	400			1 000	100	Não	5,0	Revisar orçamento
TA 100	Planos de contingência de segurança de sistemas de tratamento de águas de Beirós e Alcântara	400	380			400	100	Não	5,0	Em negociação com o MATE
TA 024	Planos de contingência de segurança de sistemas de tratamento de águas de Beirós e Alcântara	1 100	470			1 000	100	Não	Não	Em negociação com o MATE
TA 219 A	Trabalhos Realizados no âmbito do Projeto de Investimento em Tratamento de Águas - Fábrica de Beirós - Instalação de Fábrica de Beirós - Instalação de Fábrica de Beirós	1 100	210			400	100	Não	5,0	
TA 024	Execução das obras de Instalação de Fábrica de Beirós - Instalação de Beirós	400	210			400	100	Não	5,0	
TA 024	Remediação de ETAR de Santa Cruz (Fase 1)	2 100	210			400	100	Não	5,0	
TA 166	Reparação de Fábrica de Talha - Fase 1	1 100	210			400	100	Não	5,0	
TA 166	Reparação de Fábrica de Talha - Fase 2	400	210			400	100	Não	5,0	
TA 167	Equipamento de Fábrica de Talha - Fase 1	100	170			400	100	Não	5,0	
TA 171 B	Condição de Beneficiação em Equipamentos em ETAR de Alcântara - Área de Condição	1 100	170			400	100	Não	5,0	
TA 171	Condição de Beneficiação em Equipamentos em ETAR de Alcântara - Área de Condição	400	170			400	100	Não	5,0	
TA 100	Trabalhos Realizados no âmbito do Projeto de Investimento em Tratamento de Águas - Fábrica de Beirós - Instalação de Fábrica de Beirós	400	170			400	100	Não	5,0	
TA 166	Reparação de Fábrica de Talha - Fase 1	400	170			400	100	Não	5,0	
T-3	Reservas Investimentos	111 000	4 940							

Figura 13 – Investimento e financiamento previstos – componentes executados – ano 2020

Os seguintes investimentos, previstos no EVEF, pelo facto de terem sofrido alterações ao nível do grau de complexidade das intervenções a realizar, vão ser objeto de autorização/parecer por parte do ERSAR e do MATE:

- TA-219 - Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas - Fase 1 (já autorizado);
- TA-220 - Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha (já autorizado);
- TA-227 - Remodelação do sistema de arejamento e do espessamento de lamas da Fábrica de Água de São João Talha (já autorizado);
- TA-024 - Remodelação da ETAR de Santa Cruz /Silveira;
- TA-166 B - Construção da ETAR do Carvalhal (já autorizado);
- TA-236 - Centrais Fotovoltaicas nas Fábricas de Água de Alcântara e Beirós;
- TA-025 - Remodelação da ETAR de Armada dos Vinhos (já autorizado);
- TA-124 - Sistema de Telegestão das Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase.

Investimento associado ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE)

A comparticipação de 30% (FEE – PNAAE) do investimento associado ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) – fase 2, representa um financiamento de cerca de 100 mil euros.

Novos investimentos com expressão material (igual ou superior a 10 MEur ou a 10% do orçamento – 8,2 MEur)

Apresenta-se no quadro seguinte o cálculo da expressão material do investimento.

Investimento (artigo 159.º DLEO 2019)	31.12.2020 Orçamento
Investimento	37 584 607
CMVMC	3 145 208
FSE	28 908 305
Gastos com pessoal	11 440 332
Outros gastos operacionais	695 842
	81 774 294
10% do valor	8 177 429

Figura 14 – Cálculo da expressão material do investimento

À luz do n.º 2 do art.º 159.º do Decreto – Lei n.º 84/2019, de 28 de junho consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa para qualquer ano seja igual ou superior a 10 000 000,00 € ou a 10% do orçamento anual da empresa.

Atendendo à definição acima referida e ao cálculo da expressão material do investimento não se identifica, de forma isolada, nenhum investimento previsto que cumpra este critério.

Nos anexos I, II e III apresentam-se as fichas descritivas de investimento, bem como a ficha de seleção de investimentos plurianuais.

Principais lançamentos de concursos de Empreitadas previstos realizar em 2020

Salientam-se ainda os principais lançamentos de concursos de Empreitadas previstas realizar em 2020 mas que já não terão execução financeira previsional em 2020:

- TA-041 - Construção do Sistema de Rejeição Pedra de Ouro/Vale Paredes;
- TA-080 - Reabilitação de câmaras de visita do emissário do Jamor;
- TA-086/TA-085/TA-089 - Reabilitação do emissário de Barcarena;
- TA-092 - Fornecimento de água reutilizada a campos de golfe e CM Cascais;

- TA-155 - Intercetores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções;
- TA-156 - ETAR Frielas – Afinação;
- TA-161 - Adaptação dos intercetores e emissários do subsistema de Chelas aos sistemas unitários-Fase II;
- TA-182 - Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição (ao abrigo de protocolo com o Município de Lisboa);
- TA-199 - ETAR Encarnação;
- TA-213 B - Reabilitação do Emissário São Martinho do Porto;
- TA-218 - Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Alcântara;
- TA-224 - Remodelação de Intercetores/Conduas e Obras para Controlo de Afluências Indevidas;
- TA-229 - Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas;
- TA-235 - Construção da Turbina Hidráulica de Alcântara;
- TA-238 - Execução de Reparações Gerais de Construção Civil – 2021;
- TA-239 - Reabilitação da câmara de carga do emissário submarino da Nazaré e Execução do Sistema de Transporte DocaPesca - Fábrica de Água da Nazaré.

Retorno económico e financeiro dos investimentos

O retorno económico e financeiro de cada um dos projetos de investimento não é diretamente ou individualmente aferível uma vez que são desenvolvidos no âmbito dos contratos de concessão celebrados entre o Estado Português e os Municípios, no estreito cumprimento da respetiva missão: conceber, construir, explorar e gerir, no caso presente, Sistemas de Saneamento de Águas Residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

A sustentabilidade económica e financeira dos investimentos relevantes encontra-se pois assegurada nos próprios contratos de concessão, designadamente no Estudo de Viabilidade Económica e Financeiro (EVEF) que os acompanha e onde estão previstos (com detalhe) os investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as tarifas e os rendimentos tarifários que, num regime de “cost-plus”, permitirão assegurar essa sustentabilidade.

Nos contratos de concessão são considerados os encargos a recuperar por via tarifária, os gastos operacionais, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. A rentabilidade dos capitais próprios a recuperar por via tarifária resulta da remuneração do capital social e da reserva legal, a uma taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem de 3%.

2.7. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO

A estrutura de financiamento da Empresa, considerando o recurso às fontes de financiamento assinaladas, para além do autofinanciamento é a seguinte:

- O Capital Social, que ascende a 113,5 MEur;
- A participação total de fundos comunitários (subsídios ao investimento);
- Empréstimos BEI.

No que respeita ao período em análise (2020-2022), identificam-se de seguida as fontes de financiamento:

Fontes de financiamento	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	variação % 2020 vs 2019
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	
Passivos não correntes						
Empréstimos BEI	222 086 899	212 017 698	199 560 322	186 568 939	173 742 291	-6%
Subsídios ao investimento	134 947 970	130 267 473	125 534 902	120 809 799	116 067 975	-4%
	357 034 868	342 285 170	325 095 224	307 378 738	289 810 270	-5,02%
Passivos correntes						
Empréstimos BEI	9 150 287	10 117 197	12 457 376	12 591 383	12 826 648	23%
	9 150 287	10 117 197	12 457 376	12 591 383	12 826 648	23,13%
Total de financiamentos	366 185 155	352 402 368	337 552 600	320 370 121	302 636 917	-4,21%

Figura 15 - Fontes de Financiamento para o período 2020-2022

Apesar de a AdTA apresentar e projetar uma estrutura de endividamento sem recurso à banca comercial ou apoio acionista, a sua atividade está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão de riscos do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes de imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada pela holding do Grupo. A AdTA prevê diminuir o seu endividamento bruto em aproximadamente 5% em resultado das amortizações previstas para o financiamento contratualizado junto do Banco Europeu de Investimento.

Deste modo, a Águas do Tejo Atlântico cumpre com os limites de endividamento impostos pela Lei para as empresas públicas. A AdTA não prevê o recurso à contratação de financiamentos bancários junto da banca comercial para os próximos anos existindo contudo, uma candidatura ao BEI V no valor de cerca de 90 ME, cujo financiamento será de 50% do investimento elegível.

Apresenta-se de seguida a estrutura de endividamento para o triénio:

Endividamento	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	variação % 2020 vs 2019
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	
Empréstimos BEI (não correntes)	222 086 899	212 017 698	199 560 322	186 568 939	173 742 291	-6%
Empréstimos BEI (correntes)	9 150 287	10 117 197	12 457 376	12 591 383	12 826 648	23%
Endividamento bruto	231 237 185	222 134 895	212 017 698	199 560 322	186 568 939	-4,55%
Caixa e equivalentes de caixa	42 260 554	32 579 436	18 056 091	32 186 974	3 630 605	-46%
Apoio de recursos à AdP S/GPS	40 600 000	46 000 000	46 000 000	0	0	0%
Total de disponibilidades	82 860 554	79 579 436	64 056 091	32 186 974	3 630 605	-19,51%
Endividamento líquido	148 376 629	142 555 459	147 961 607	167 373 348	182 938 334	3,79%
Variação do endividamento bruto		-4%	-5%	-6%	-7%	
Variação do endividamento líquido		-4%	4%	13%	9%	

Figura 16 - Endividamento no período 2020-2022

	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	variação %
	Real	EP	Orçamento	Projeção	Projeção	2020 vs 2019
Taxa média de financiamento						
Endividamento bruto	231 137 185	222 134 895	212 017 698	199 560 322	186 568 939	-5%
Gastos financeiros	8 176 038	7 874 558	7 511 026	7 048 485	6 632 983	-5%
Taxa média de financiamento	3,54%	3,54%	3,54%	3,53%	3,56%	-0,06%

Figura 17 - Taxa média de Endividamento no período 2020-2022

Cálculo da variação do endividamento conforme n.º 4 do artigo 159.º do DLEO 2019

	31.12.2020
	Orçamento
Endividamento	
Financiamento remunerado (n)	212 017 698
Financiamento remunerado (n-1)	222 134 895
Capital social realizado (n)	113 527 680
Capital social realizado (n-1)	113 527 680
Novos investimentos do ano (relevantes)	0
Endividamento (conforme n.º 4 do artigo 159.º, DLEO 2019)	-3%

Figura 18 – Variação do endividamento no período 2019-2020 (artigo 159.º DLEO 2019)

Para além da candidatura ao BEI V, cujos desembolsos não se perspectiva que sejam realizados no triénio em análise, não está prevista a contratualização de novos financiamentos no horizonte do Plano de Atividades e Orçamento apresentado no presente documento.

2.8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e de acordo com a estrutura conceptual ("Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements"), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") e normas interpretativas ("SIC/IFRIC"), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2019.

Demonstração da Posição Financeira – Previsional

BALANÇO	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2019	31.01.2020	30.06.2020	30.09.2020	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
	Real	FAO	EF	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Projeção	Projeção
Ativos não correntes									
Ativos intangíveis	455 089 383	481 113 647	452 529 636	412 632 407	440 769 121	462 330 730	469 609 412	470 728 702	476 677 482
Ativos não tangíveis	284 963	304 189	289 310	214 875	319 111	396 217	479 404	50 960	30 525
Ativos sob avaliação	0	0	213 450	640 757	547 549	496 171	413 473	152 028	1 064 427
Investimentos financeiros	8 447 487	8 447 437	8 449 238	8 449 238	8 449 238	8 100	8 100	8 100	8 100
Impostos diferidos ativos	52 056 750	51 971 811	52 852 323	24 210 741	24 725 321	25 187 792	25 662 877	26 989 175	27 020 038
Devido de recuperação de gastos (DVG)	24 697 539	14 773 450	17 945 521	16 724 741	11 122 980	12 822 303	11 834 465	1 045 035	0
Clientes e outros ativos não correntes	1 409 239	0	0	0	0	0	0	0	0
Total dos ativos não correntes	345 604 969	346 240 333	332 249 726	312 867 318	329 434 116	321 927 371	328 275 752	340 687 795	337 637 537
Ativos correntes									
Reservados	400 668	320 087	308 224	218 748	196 188	396 598	429 248	261 401	263 223
Clientes	17 462 761	13 383 679	17 165 361	17 295 224	17 215 416	17 757 812	17 049 627	16 281 618	16 388 240
Estado e outras entidades públicas	967 916	192 942	1 220 983	7 308 467	2 361 529	2 867 930	1 063 217	1 029 389	1 083 748
Impostos e outros créditos fiscais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos correntes	3 142 043	0	1 826 279	1 292 616	981 549	1 117 545	1 026 428	940 091	940 091
Ativo de recuperação à AEP (ICPS)	49 680 000	40 680 000	46 820 000	46 308 000	46 000 000	46 000 000	46 000 000	0	0
Caixa e outros equivalentes	42 280 516	34 234 154	33 579 426	32 378 627	31 938 702	24 432 801	18 016 293	21 256 707	2 452 527
Total dos ativos correntes	109 696 891	80 693 467	99 280 343	99 593 723	88 993 312	94 941 471	82 466 575	31 214 576	22 344 013
Total do ativo	455 301 860	426 933 800	431 530 069	412 461 041	418 427 428	416 868 842	410 742 327	371 902 371	360 001 550
Capital próprio da sociedade anónima									
Capital social	113 527 689	113 527 689	113 527 689	113 527 689	113 527 689	113 527 689	113 527 689	113 527 689	113 527 689
Reservas e outros equívocos	242 969	419 290	419 290	913 919	913 919	913 919	913 919	1 129 526	1 464 144
Reservados estatutários	321 913	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício	5 588 012	5 790 154	5 891 327	1 114 622	2 666 781	2 394 266	5 313 358	5 322 362	5 284 707
Total do capital próprio	119 239 583	119 737 133	119 838 306	115 642 230	117 108 389	116 836 874	119 754 966	120 059 577	120 276 540
Passivos não correntes									
Provisões	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Emprestimos	222 084 099	214 797 421	212 817 496	218 149 148	204 638 948	202 310 410	199 568 223	188 568 939	172 242 240
Outros passivos não correntes	0	0	596 625	536 825	506 825	506 825	506 963	505 848	499 135
Impostos diferidos passivos	24 606 260	21 882 944	21 529 121	21 678 751	21 232 272	20 802 851	20 623 194	19 158 937	17 514 919
Devido de recuperação de gastos (DVG)	0	0	0	0	0	0	0	0	2 424 250
Ativos de curso de investimento financeiro	129 248 316	168 062 179	127 827 896	127 323 826	127 916 817	129 622 860	128 258 594	135 918 662	100 292 911
Subsídios a investimentos sociais	129 947 978	130 227 218	128 262 423	128 689 238	127 961 167	124 710 095	125 524 903	123 809 708	116 067 975
Total dos passivos não correntes	385 886 453	484 969 762	471 857 136	486 157 972	463 951 118	456 952 999	467 017 914	447 651 386	418 718 344
Passivos correntes									
Emprestimos	8 118 260	8 232 222	18 191 197	18 118 627	18 619 148	10 625 770	12 457 276	12 891 903	12 828 498
Emprestimos	4 029 217	3 064 880	3 126 148	4 221 384	18 204 312	3 441 624	7 001 771	8 558 877	8 625 876
Passivos de liquidez	0	0	322 452	651 240	379 279	337 177	425 000	68 848	358 902
Outros passivos correntes	8 876 296	4 868 065	4 629 921	16 827 713	2 944 315	5 187 222	4 249 432	3 822 449	7 623 201
Imposto sobre o rendimento do exercício	1 073 217	4 937 766	8 05 112	1 912 421	2 598 948	592 413	0	121 743	110 270
Estado e outras entidades públicas	3 528 208	2 798 899	3 981 899	1 248 939	3 331 499	4 998 956	3 681 290	3 815 470	3 310 241
Total dos passivos correntes	16 545 231	18 552 627	22 451 897	31 190 824	39 347 913	29 038 524	27 870 699	25 238 366	26 473 248
Total do passivo	385 429 816	513 522 389	514 309 033	517 348 796	513 899 031	511 014 571	494 888 613	472 889 752	445 191 592
Total do passivo e do capital próprio	455 301 860	426 933 800	431 530 069	412 461 041	418 427 428	416 868 842	410 742 327	371 902 371	360 001 550

Figura 19 - Demonstração da Posição Financeira – Previsional



No respeitante aos fluxos de caixa, os recebimentos e pagamentos decorrem da atividade normal da Empresa, dando-se especial relevância aos que seguidamente se descrevem:

- O recebimento de clientes decorre da faturação prevista, tendo por base os rendimentos tarifários garantidos, a componente tarifária acrescida e a taxa de recursos hídricos, associada ao prazo médio de recebimentos de 60 dias;
- O pagamento a fornecedores compreende o pagamento das aquisições de serviços e bens resultantes da atividade operacional da Empresa de acordo com a sua estrutura de stocks e de gastos;
- O recebimento de investimentos financeiros deve-se ao vencimento, em junho de 2020, de aplicação financeira constituída no IGCP;
- O pagamento de ativos intangíveis resulta do volume de investimento previsto realizar, cujo prazo médio de pagamento a fornecedores de imobilizado é de 30 dias;
- O pagamento de empréstimos obtidos e de juros e custos similares respeita ao BEI.

Disponibilidades

Para os anos de 2018 e 2022 apresenta-se a decomposição das disponibilidades.

	31.12.2018	31.12.2019	31.03.2020	30.06.2020	30.09.2020	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
	Real	EP	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Projeção	Projeção
Caixa	20.543	11.000	11.000	11.000	11.000	11.000	11.000	11.000
Devidos a ordem	-42.226.014	33.548.438	33.376.627	31.937.903	34.421.871	38.045.891	32.256.707	3.445.659
Devidos a prazo	5.000	0	0	0	0	0	0	0
	-42.260.556	33.579.438	33.376.627	31.938.903	34.433.871	38.056.891	32.256.707	3.456.659
Disponíveis líquidos	0	0	0	0	0	0	0	0
	-42.260.556	33.579.438	33.376.627	31.938.903	34.433.871	38.056.891	32.256.707	3.456.659

Figura 22 – Disponibilidades

2.9. ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

A proposta de PAO 2020 foi desenvolvida tendo por base as determinações legais, os pressupostos e as orientações constantes do ofício n.º 3653, de 26 de setembro de 2019 da DGTF, bem como às medidas de contenção de gastos e outras orientações definidas pelas tutelas e pelo acionista.

A AdTA na elaboração da proposta do PAO 2020 teve em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro), designadamente na prossecução duma política de otimização da estrutura de gastos, no sentido de promoção dum equilíbrio das contas.

Na elaboração deste documento, foi ainda tido em conta, sempre que aplicável o Decreto-Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho). Importa referir que, nos casos em que existam sobreposições, foram seguidas as determinações constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2019 e do Decreto-Lei de Execução Orçamental, bem como as orientações constantes do ofício circular n.º 3653, de 26 de setembro de 2019 da DGTF.

Os rendimentos tarifários da AdTA são estruturadas numa base de custos aceites que pretendem cobrir os custos de exploração e fiscais, as amortizações do investimento e a remuneração de dívida e dos capitais próprios (estes últimos à taxa das OT a 10 anos + 3%).

Nos termos do Contrato de Concessão prevê-se a possibilidade de serem definidos para faturação, rendimentos tarifários. A repartição destes rendimentos tarifários, para efeitos de faturação aos utilizadores municipais, far-se-á atendendo à proporção da utilização efetiva, aferida pela média aritmética simples do volume de efluente medido, por utilizador municipal, de, pelo menos, um dos últimos seis semestres consecutivos, compreendido entre 1 de julho do ano n-4 e 30 de junho do ano n-1. Por este efeito, para os utilizadores municipais cuja faturação seja efetuada nos moldes atrás descritos, é apurada uma tarifa implícita, resultante da divisão dos rendimentos tarifários pelos volumes utilizados para a respetiva repartição.

Com base nas regras tarifárias em vigor, explanadas no Contrato de Concessão e na lei de bases do setor, as receitas de exploração crescem com o aumento dos gastos de operação. Este é um efeito que se pretende evitar. Paralelamente, também o EBITDA se constitui como um indicador que não reflete a eficiência operacional e financeira, necessária e pretendida para a Empresa. Com efeito este indicador é suscetível de aumentar com o aumento do investimento e inerentes custos com o endividamento.

As receitas mercantis da AdTA e respetivo esforço de maximização passam então por uma estratégia de investimento racional que permita o aumento da cobertura dos serviços de tratamento de águas residuais.

2.10. PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS (“PRG”)

O PAO 2020 da AdTA reflete o equilíbrio das contas de exploração da Empresa e o cumprimento das orientações relativas à contenção de gastos em cada exercício.

Os montantes orçamentados e estimados para os exercícios seguintes, apresentados neste documento, tiveram em conta o desempenho de 2018 e do primeiro semestre de 2019, das infraestruturas e as restrições anteriormente descritas e refletem um nível de gastos considerado adequado para garantir o normal funcionamento do sistema multimunicipal face aos níveis de atividade previstos. Por este motivo, algumas rubricas de gastos podem vir a registar acréscimos de tendência não linear.

EBITDA

Os valores estimados do EBITDA para o período em análise são os seguintes:

EBITDA	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	variação % 2020 vs 2019
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	
Resultados operacionais	14 376 642	13 101 924	14 858 582	14 619 683	14 499 150	-2%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	19 938 085	21 761 533	23 499 786	23 468 204	23 482 915	8%
Subsídios ao investimento	(4 767 507)	(4 701 241)	(4 732 571)	(4 725 103)	(4 741 828)	-1%
Provisões e reversões do exercício	(1 1548)	1 584	0	0	0	0%
	29 535 672	32 163 801	33 625 797	33 392 786	33 240 244	5%

Figura 23 - EBITDA

Os valores estimados do EBIT para o período em análise são os seguintes:

EBIT (Resultado operacional)	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	Variação % 2020 vs 2019
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	
Resultados operacionais	14 376 642	15 101 924	14 859 382	14 649 683	14 499 150	-2%

Figura 24 - EBIT

Rácio PRC (plano de redução de custos)

Os valores estimados do PRC para o período em análise são os seguintes:

PRC (Plano de Redução de Custos)	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018	Variação 2020/2019	
	Projeção	Projeção	Orçamento	EP	Real	valor	%
(1) Custo das vendas/Variação das inventárias	3 237 515	3 186 093	3 145 338	3 340 772	1 822 534	(85 364)	-3%
(2) Fornecimentos e serviços externos	29 797 338	29 144 661	29 303 308	27 378 330	15 573 175	1 338 075	5%
(3) Gastos com pessoal	11 885 247	11 885 247	11 443 333	11 287 940	10 889 802	187 393	2%
Indemnizações por rescisão	30 000	30 000	30 000	30 000	0	0	0%
ACT - Efeito do equacionamento na nova Tabela de remunerações				303 549	89 371	(313 249)	-100%
ACT - Efeito da extinção remuneratória na avaliação de desempenho	45 000	45 000	45 000	42 212	0	1 487	3%
(4) Custos Operacionais = (1)+(2)+(3)	44 710 100	44 616 003	43 493 845	42 076 942	38 442 301	1 416 903	3%
Vendas	371 228	371 228	371 228	307 540	32 178	163 688	53%
Fornecimentos de serviços	85 857 188	86 470 310	83 684 100	83 436 907	83 231 539	47 195	0%
(5) Volume de Negócios (VN)	86 228 416	86 841 538	83 855 328	83 644 447	83 263 817	310 880	0%
(6) Rácio PRC- Fosso dos Gastos/VN = (4)/(5)	51,85%	51,38%	51,87%	50,30%	46,33%	1,56%	3%
(7) Deslocações e estudos	157 224	155 218	159 224	153 427	136 851	(203)	0%
(8) Ajudas de custo	12 176	12 176	12 176	12 176	12 176	0	0%
(9) Gastos com a Freguesia autárquica	262 619	811 641	813 673	819 848	754 158	-5 971	-1%
(7)+(8)+(9)	932 029	979 035	979 177	985 451	903 284	(6 176)	-1%
(10) Estudos, pareceres e projetos de consultoria	178 232	100 844	103 472	103 479	17 526	(1)	0%

Figura 25 - Rácio PRC

Tal como já referido no início do presente relatório a AdTA tem-se vindo a deparar com condicionalismos do mercado que inviabilizam atingir parte dos objetivos a que se propôs, nomeadamente a diminuição de gastos.

A Tejo Atlântico tem realizado esforços e tem demonstrado uma maior eficiência na gestão operacional, que por fatores externos impedem a esperada contrapartida na diminuição dos gastos operacionais.

Aliado aos fatores de mercado, há que ter em conta que a Empresa só em 2018 teve o seu primeiro ano de plena atividade sob a sua gestão, o que não lhe permite ainda ter um histórico que lhe possibilite suportar projeções futuras de gastos com base em anos anteriores. A sua recente atividade, a “herança” de algumas infraestruturas com um estado avançado de deterioração e o tomar conhecimento no dia-a-dia das necessidades operacionais da Empresa levam necessariamente à realização de gastos não despendidos em anos anteriores.

Pelo exposto, não deixamos de dar o enfoque em alguns fatores que à primeira análise não deixam dúvidas de que os mesmos devem ser monitorizados nas contas de 2020 para que possam essas ser comparáveis com as de 2019. São o caso: o acréscimo dos gastos com reagentes, com lamas e com tratamento de resíduos, cujo valor unitário subiu substancialmente face a 2018 e ao primeiro semestre de 2019, como já havia sido referido no capítulo respeitante aos constrangimentos e que aqui se reforça com um aumento de preços de mercado em cerca de 100%.

Rácio do PRC (plano de redução de custos) ajustado – Proposta de indicador de Eficiência Operacional

Com base nas disposições constantes dos Princípios Financeiros de Referência para 2020 no que à Eficiência Operacional respeita e tendo ainda como referência o disposto no n.º 2 do art.º 158.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental n.º 84/2019 de 28 de junho, vem a Tejo Atlântico propor outro indicador para medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, que corresponderá ao rácio do PRC ajustado, ou seja ao PRC calculado com base no valor de Fornecimentos e Serviços Externos deduzido dos gastos com a prestação de serviços com o transporte e tratamento de lamas.

De facto, estando em causa o cumprimento de imposições legais e de segurança da atividade operacional, designadamente o cumprimento da Portaria n.º 209/2004 e da Portaria n.º 145/2017 a Empresa não tem como não incorrer com o acréscimo de gastos com a prestação de serviços com o transporte e tratamento de lamas, aspeto cuja fundamentação se desenvolverá adiante.

O indicador a adotar, PRC ajustado, cujo cálculo se demonstra na figura seguinte, considera a dedução para cada um dos anos em análise, do gasto estimado com a aquisição de serviços de transporte, tratamento e destino final adequado das lamas resultantes da sua atividade operacional de tratamento de efluentes domésticos e industriais:

PRC (Plano de Redução de Custos) - AJUSTADO	31.12.2022 Projeção	31.12.2021 Projeção	31.12.2020 Orçamento	31.12.2019 EP	31.12.2018 Real	Variação 2020/2019 valor	%
(1) Custo das vendas/avaliação dos inventários	3 237 513	3 196 095	3 145 358	3 240 772	3 822 534	(505 541)	-13%
(2) Fornecimentos e serviços externos	29 757 338	29 144 661	28 506 325	27 578 230	25 573 175	1 334 075	5%
(2a) Análise do efeito de aumento PSE-Lamas	(7 713 928)	(7 614 923)	(7 517 211)	(6 110 399)	(4 856 384)	(1 336 901)	21%
(2) Gastos com pessoal	11 685 247	11 685 247	11 440 332	11 257 940	10 089 025	182 395	2%
Indemnização por rescisão	30 000	30 000	30 000	30 000	0	0	0%
ACT- Efeito do enquadramento na nova Tabela de remunerações				202 549	89 371	(203 549)	-100%
ACT- Efeito da valorização remuneratória e avaliação de desempenho	45 000	45 000	45 000	42 513	0	1 467	3%
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(2a)+(3)	36 996 172	36 401 070	35 976 635	35 666 633	33 829 179	9 002	0%
Vendas	37 1 228	371 228	371 228	207 540	32 378	163 688	79%
Prestações de serviços	85 257 188	84 470 210	83 484 108	83 436 907	82 231 329	47 195	0%
(5) Volume de Negócios (VN)	86 228 416	84 941 538	83 855 328	83 644 447	82 262 812	210 880	0%
(6) Rácio PRC- Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	42,90%	42,90%	42,90%	42,90%	41,12%	0,00%	0%
Deslocações e estódo	157 234	153 216	153 224	152 427	136 857	(203)	0%
Ajuda de custo	12 176	12 176	12 176	12 176	0	0	0%
Gastos com a Frota suavitável	742 619	811 641	813 827	819 040	754 328	(5 971)	-1%
(7)=(6)+(9)	932 029	929 033	929 227	985 451	903 364	(6 174)	-1%
Estudo, pareceres e projeto de consultoria	100 233	106 644	105 472	105 474	17 326	(1)	0%

Figura 26 - Rácio PRC Ajustado

Verifica-se o cumprimento o rácio PRC, se excluído dos gastos com fornecimentos e serviços externos o gasto com o transporte e tratamento das lamas, tendo em conta os rendimentos e os gastos estimados para o ano 2020.

Fundamentação:

A Tejo Atlântico não tem como não incorrer com o acréscimo de gastos com a aquisição de serviços de transporte, tratamento e destino final adequado das lamas produzidas nas Fábricas da Água que opera, uma vez que tem de garantir o cumprimento das licenças de descarga das infraestruturas e consequentemente garantir as condições de saúde pública e qualidade ambiental dos meios recetores, como referido anterior no ponto 1.4. Constrangimentos e limitações

As águas residuais, geradas de forma contínua, são coletadas e encaminhadas para as Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), atualmente designadas por Fábricas de Água (FA), para serem tratadas, processo que consiste na remoção

da matéria orgânica particulada e dissolvida (lamas), com o objetivo de devolver à natureza a água com qualidade compatível com as licenças de utilização dos recursos hídricos, emitidas de acordo com a Legislação Nacional.

Como resultado do tratamento das águas residuais, são produzidas as lamas de forma contínua, proporcionais ao caudal tratado, removidas nas diferentes etapas de tratamento de uma ETAR, as quais têm de ser encaminhadas para um destino final adequado.

As lamas resultantes do tratamento das águas residuais têm elevados teores de matéria orgânica, sendo encarado como um produto aplicável na agricultura, mediante níveis de qualidade definidos pela legislação, de forma direta ou após tratamentos complementares.

A impossibilidade de encaminhar a destino final adequado as lamas resultantes do tratamento, obrigaria à paragem das infraestruturas de tratamento, com impactos muito negativos no meio ambiente e consequências nefastas ao nível da saúde pública, prejudicando a qualidade de vida das pessoas e a economia nacional. Não seria de todo possível tamponar todos os coletores e deixar de tratar os efluentes que são recolhidos pelas 103 Fábricas de Água da Tejo Atlântico.

O ano de 2019 foi atípico e preocupante pelo comportamento do mercado nesta matéria – veja-se Anexo IV – e que elencamos numa forma breve toda a dificuldade sentida pela empresa e os constrangimentos sentidos bem como os gastos paralelos e invisíveis com os inúmeros procedimentos efetuados:

- Em 28 de dezembro de 2018 foi publicado o concurso público internacional, CPI - TA_210_18_CI_S_019_DOP, para adjudicação de prestação de serviços de transporte, tratamento e destino final adequado das lamas, tendo sido previsto para uma quantidade de 13 390 toneladas por mês, ou seja 160 682 toneladas por ano, com o preço base de 4 772 661 euros, calculado com base no histórico dos contratos anteriores (os preços dos contratos de 2017 variavam entre 22,50 €/ton e 32,00 €/ton, consoante o destino final adequado, agrícola ou outro), ao qual não foram apresentadas propostas.
- Perante a situação de falta de apresentação de propostas pelos concorrentes, ou apresentação de propostas de valor superior aos preços base definidos, a Tejo Atlântico procurou soluções alternativas, algumas das quais menos apropriadas em termos ambientais e condicionadas pela legislação, como é o exemplo da deposição em Aterro Sanitário, solução, que por ser muito mais cara se revelou ser economicamente menos vantajosa do que o incremento de preço de mercado, no setor de valorização de matéria orgânica.
- Para suprir a necessidade contínua de encaminhamento das lamas resultantes do tratamento a destino final adequado, a Empresa viu-se obrigada a contratar esta natureza de serviços por ajuste direto critério material.
- Em abril de 2019, foram publicados 5 procedimentos por ajuste direto critério material, para 13 390 toneladas por mês, com um preço base superior por um prazo de 8 meses.
- Em 19 de maio de 2019 foi publicado novo concurso público internacional, CPI - TA_19_098_CI_S_004_DOP, anúncio de procedimento em Diário da República n.º 5063/2019 e n.º 19-239851-001 do JO, para uma quantidade de 14 071 toneladas por mês, ou seja 168 852 toneladas por ano, com um preço base unitário de 32,50 €/ton e de 41,50 €/ton, consoante o destino final adequado, agrícola ou outro.

- Após a não adjudicação de procedimento de Concurso Público Internacional para a celebração de contrato de prestação de serviços de recolha, transporte e envio a destino final de lamas, em virtude de todas as propostas terem sido excluídas por excederem o preço base do concurso, viu-se a Tejo Atlântico obrigada a revogar a decisão de contratar nos termos da lei e abrir procedimento pré-contratual por lotes, para a celebração de contrato da referida prestação de serviços, cujos valores são na ordem de 41,50 €/ton, muito superiores aos até então praticados.

O Grupo Águas de Portugal elaborou um documento de trabalho com um Plano de Ação de Lamas que tem como objetivo reduzir o volume produzido de lamas, a sua valorização energética e a transformação das lamas, de modo a criar destinos finais alternativos, com custos inferiores aos atuais.

A Tejo Atlântico face ao aumento de gastos com o destino final das lamas, elaborou o seu Plano de Ação de Gestão de Lamas de ETAR (Anexo V), integrado no Plano de Ação do Grupo AdP, que pretende estudar e implementar um conjunto de tecnologias, com o objetivo de redução de volume final de lamas e paralelamente o aumento de produção de energia a partir deste recurso, esperando-se deste modo possibilitar a diminuição dos gastos relacionados com as lamas.

Este plano implicará a execução de novos investimentos e a criação interna de equipas dedicadas de modo a serem reduzidos os gastos associados às lamas em mais de 50%.

O incremento do valor do contrato de prestação de serviços de destino final das lamas é uma consequência das condicionantes de mercado e não de aumento de quantidade produzida de lamas, tendo já o grupo Águas de Portugal apresentado queixa à autoridade da concorrência sobre esta matéria, conforme carta que se anexa (Anexo IV).

No orçamento de 2020 a previsão de quantidade de produção de lamas resultantes do tratamento das águas residuais é proporcional ao volume de efluente tratado e semelhante ao de anos anteriores. No quadro abaixo, pode-se verificar os caudais tratados e as lamas encaminhadas a destino final de 2017 a 2018 e a estimativa para os anos de 2019 a 2022:

	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	variação % 2020 vs 2019
	Real	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	
Caudal tratado (m ³)	183 032 075	184 236 894	189 140 274	203 948 732	203 948 732	203 948 732	6%
Lamas produzidas (toneladas)	156 180	144 790	160 676	160 676	160 676	160 676	0%
Gasto total com Lamas	4 332 692	4 536 334	6 190 307	7 337 218	7 514 923	7 713 920	21%
Preço unitário médio €/ton	27,66	31,26	38,53	46,78	47,29	48,01	31%
Incremento do gasto com lamas face a 2018	-	-	1 653 951	2 800 855	2 958 579	3 057 573	
Incremento do gasto com lamas face a 2018 - %	-	-	32,94%	61,44%	63,34%	63,66%	
Incremento do preço médio unitário face a 2018 - %	-	-	26,34%	65,37%	67,72%	69,90%	

Figura 2.7 – Produção de lamas



Gastos com a Frota Automóvel

A AdTA na elaboração da proposta de PAO 2020 teve em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei do Orçamento de Estado de 2019 e no Decreto-Lei de Execução Orçamental. Paralelamente e em cumprimento com a legislação e orientações sob a matéria em epígrafe, a AdTA reflete na sua proposta de PAO 2020, um esforço de contenção com os gastos associados à frota automóvel.

Integrada na política do Grupo AdP e para satisfazer as respetivas necessidades em matéria de viaturas, assiste-se à condução de procedimentos contratuais em respeito pelas regras de contratação pública, sob a égide dos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência. Os critérios de adjudicação que lhes estão inerentes privilegiam o valor económico dos contratos, tomando em consideração antecipadamente os respetivos gastos de exploração incluindo os encargos decorrentes do consumo de energia, das emissões de CO₂ e das emissões poluentes, que se caracterizam como externalidades, incentivando os operadores económicos a serem mais eficientes neste contexto.

Neste sentido e integrado na política do Grupo, tem-se vindo a proceder à prorrogação dos contratos de AOV, nas situações em que tal opção seja possível, angariando o tempo necessário para o desenvolvimento de procedimentos pré-contratuais adequados para a substituição das viaturas com respeito pelo quadro regulamentar em vigor.

Em 2018 a Águas do Tejo Atlântico substituiu 20 viaturas de combustão por 20 viaturas 100% elétricas, no âmbito da política de mobilidade elétrica promovida em conjunto entre o Grupo Águas de Portugal e o Ministério do Ambiente.

A figura abaixo inclui a previsão de despesas relativas a gastos com a frota automóvel da AdTA (rendas, amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos), sendo previsível uma diminuição do gasto médio por viatura em 2020 face a 2019:

Gastos frota automóvel	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	variação % 2020 vs 2019
	Real	EP	Orçamento	Projeção	Projeção	
Rendas locação (inclui conservação e reparação)	474 493	508 304	503 907	498 194	446 065	-1%
Combustíveis	226 897	254 577	251 602	254 880	258 186	-1%
Seguros de viaturas	52 849	56 967	58 368	58 368	58 368	2%
	754 238	819 848	813 877	811 641	762 619	-1%
Número de viaturas ligeiras	143	145	146	146	146	1%
Número de viaturas pesadas	1	1	1	1	1	0%
valor médio por viatura	5 238	5 615	5 537	5 521	5 188	-1%

Figura 28 - Frota Automóvel

Na rubrica de combustíveis está incluído o consumo de eletricidade por parte das viaturas elétricas, sendo o gasto de 6 509 euros em 2019; 6 587 euros em 2020; 6 673 euros em 2021 e 6 759 euros em 2022.

No decurso do ano de 2020 a Águas do Tejo Atlântico irá proceder à substituição de 28 viaturas da sua frota operacional (com ou sem identificação exterior associada à Empresa), 9 de uso pessoal e 19 sem uso pessoal, cujos contratos de AOV irão terminar ao longo do ano de 2020, os quais são imprescindíveis à sua atividade e cujos custos se encontram previstos no respetivo plano de atividade e orçamento. Destas substituições não irá resultar um aumento do número de viaturas da frota operacional.

O incremento de uma viatura em 2020, face a 2019, perfazendo o total de 147 viaturas (146 ligeiras e 1 pesada), está aprovado no PAO de 2018 e visa a substituição de uma viatura operacional imprescindível à atividade da empresa. As especificidades da viatura a substituir levaram a algum atraso no processo da sua substituição.

Apesar do acréscimo de uma viatura em 2020, os gastos totais e em termos médios por viatura estimam-se inferiores aos de 2019.

Recursos Humanos

A AdTA partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento com as orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao SEE.

A Águas do Tejo Atlântico tem vindo a manifestar nos vários Planos de Atividades e Orçamento submetidos no SIRIEF, a necessidade de contratação de colaboradores de forma a suprir as diminuições resultantes dos processos de reestruturação anteriores e em curso no grupo Águas de Portugal, bem como solucionar as situações que resultam de reformas, de trabalho temporário e prestações de serviços externas (em “outsourcing”) com maior incidência na operação e manutenção.

Como já referido em processos orçamentais anteriores, aquando da cisão da Águas do Tejo Atlântico existia o pressuposto que os ex-colaboradores das três ex-empresas (Simtejo, Sanest e Águas do Oeste - saneamento) retornassem à Águas do Tejo Atlântico. Este pressuposto verificou-se para a grande maioria dos colaboradores, em particular para aqueles que estão diretamente ligados à área operacional, havendo um conjunto que permaneceu na EPAL/Vale do Tejo, com direito a regressar à “empresa de origem”, assim como situações de transferências de colaboradores entre empresas do Grupo, para além das situações referentes a rescisões contratuais, reformas, falecimentos e cedências à Administração Central.

O PAO de 2020 prevê e reforça a necessidade de contratação de recursos humanos. As admissões feitas em 2019 são ao abrigo das 10 contratações aprovadas no PAO de 2018, conforme o quadro seguidamente apresentado:

Quadro de pessoal	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	variação % 2020 vs 2019
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	
Órgãos Sociais (CA+CF)	10	10	10	10	10	0%
Pessoal efetivo	263	375	390	390	390	4%
Pessoal - necessidades totais	10	10	15	0	0	0%
Pessoal - “necessário” em funções	0	0	0	0	0	0%
Pessoal - necessidades de contratação	10	10	15	0	0	0%
Pessoal - previsão de saídas	0	0	0	0	0	0%

Figura 29 - Quadro de Pessoal (detalhe)

A morosidade na aprovação do PAO de 2018 condicionou as admissões previstas e necessárias, obrigando a transitar para 2019 as novas contratações. A Tejo Atlântico havia solicitado a admissão em 2018 de 16 trabalhadores tendo apenas sido aprovada a contratação de 10, pelo Despacho n.º 1117/18 - SET de 28 de dezembro de 2018 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

A figura “Quadro de Pessoal (evolução)” demonstra a movimentação de entradas e saídas de colaboradores desde 31 de dezembro de 2018, quer as reais quer as estimadas.

Pessoal em 31.12.2018	363
Admissões aprovadas no PAO 2018	0
Entradas - fim de cedência	2
Admissões para suprir saídas	7
Saídas	-8
Pessoal em 30.06.2019	364
Admissões aprovadas no PAO 2018	10
Admissões para suprir saídas	1
Saídas previstas	0
Pessoal em 31.12.2019	375
Admissões necessárias	15
Saídas previstas	0
Pessoal em 31.12.2020	390

Figura 30 - Quadro de Pessoal (evolução)

Como se pode constatar, a Empresa procedeu no 1.º semestre de 2019 a 7 admissões que visaram suprir parte das saídas ocorridas, por iniciativa do trabalhador ou por situações de reforma.

Ocorreu ainda no 1.º semestre de 2019, o regresso à Tejo Atlântico de 2 Técnicas Superiores que estavam cedidas à empresa Águas do Vale do Tejo, nas áreas de sustentabilidade e financeira, que se encontravam na situação de mobilidade não definitiva.

Para o 2.º semestre de 2019, prevê a AdTA a contratação de 1 colaborador para preencher uma saída ocorrida ainda no 1.º semestre, bem como proceder à contratação dos já referidos 10 trabalhadores autorizados no PAO de 2018, dos quais 3 já admitidos em julho. Estas contratações destinam-se, essencialmente, às áreas de operação e manutenção.

A AdTA irá proceder à substituição dos trabalhadores que saiam da empresa no decurso do 2.º Semestre de 2019, conforme previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 157.º do DLEO 2019.

Novas admissões em 2020

Pela necessidade premente e urgente de admissão de trabalhadores, cuja privação coloca em risco o cumprimento de obrigações legais e a necessidade de adoção de novas metodologias inovadoras e de impacto na gestão, vem a Águas do Tejo Atlântico por este meio solicitar um pedido de exceção para a contratação, em 2020, de um total de 15 trabalhadores:

- 3 Técnicos Especializados, para a área de Operação;
- 7 Operadores;
- 3 Técnicos Especializados, para a área de Manutenção
- 1 Técnico de Informática;
- 1 Técnico de Laboratório.

Análise custo-benefício de novas admissões versus aquisição de serviços

Os recrutamentos para os quais se solicita autorização, são imprescindíveis à Tejo Atlântico, não sendo possível de satisfazer por recurso a outros colaboradores existentes na Empresa, seja por mobilidade ou por outros meios, por se tratar de uma efetiva carência de Quadro de Pessoal.

A prática tem demonstrado que a subcontratação nas áreas técnicas, especificamente na operação e manutenção, revela muita fraca qualidade do serviço prestado e na gestão dos ativos a cargo da Empresa.

A Águas do Tejo Atlântico solicita autorização, por parte da tutela e do membro do Governo responsável pela área das Finanças, para proceder à contratação, nos termos das Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2020, remetendo para o efeito cartas em anexo ao presente documento.

Os encargos decorrentes das novas admissões estão incluídos na presente proposta de orçamento anual e plurianual, cujos valores para o triénio em análise são os seguintes:

	2020	2021	2022
Encargos com 15 novas admissões	181 769€	430 285€	430 285€
Poupança em fornecimentos e serviços externos diretamente relacionados com as novas admissões	181 769€	430 285€	430 285€
Impacte no Resultado Líquido decorrente das novas 15 admissões	0€	0€	0€

O montante remuneratório dos 15 colaboradores a contratar, foi determinado com base no Acordo Coletivo de Trabalho em vigor na Empresa, tendo por base a carreira profissional em que se prevê a integração dos mesmos.

Os valores considerados na presente proposta por não estar ainda a decorrer processo de recrutamento, tiveram por base o valor médio de 1 500 euros/mês para cada uma das admissões, sendo que o valor pelo qual cada colaborador venha a ser admitido será de acordo com as funções a desempenhar, habilitações académicas e experiência profissional, garantido a Empresa a sua inclusão no nível salarial mais adequado da tabela salarial em vigor, o enquadramento dos atuais trabalhadores da Empresa, bem como que no cômputo geral os gastos com as novas admissões não ultrapassam o valor anteriormente mencionado para cada um dos anos do triénio em análise.

A contratação dos novos colaboradores vem permitir uma redução de gastos com fornecimentos e serviços externos, nomeadamente com honorários, assistência técnica e trabalho temporário, tendo sido limitado o acréscimo de gastos com o pessoal à proporção da redução dos gastos com fornecimentos e serviços externos. Deste modo o incremento de gastos com o pessoal é acomodado pela redução de gastos com fornecimentos e serviços externos, salientando-se o benefício, já referido, de melhoria e eficiência do serviço prestado.

Acresce a necessidade de desenvolvimento, inovação e estudo de novas práticas a implementar no sector que contribuam para a necessária eficiência das infraestruturas, resposta a novas tecnologias, à sua implementação e o acompanhamento do mercado envolvente ao nosso sector.

Admissões para substituições por iniciativa do trabalhador

Em 2020, estima-se que as saídas de pessoal são compensadas com entradas equivalentes, pois só dessa forma é possível manter a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento dos dispositivos legais, objetivos definidos estratégicos e principalmente cumprir com a Missão de sustentabilidade ambiental que à Tejo Atlântico é acometida.

A Tejo Atlântico solicita autorização para o recrutamento destinado à substituição, ao longo do ano de 2020, de trabalhadores que desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, sendo o recrutamento considerado imprescindível, tendo em vista a prossecução das atribuições e o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público da Empresa.

Os encargos decorrentes do recrutamento destinado à substituição estão incluídos na proposta de orçamento anual e plurianual, não implicando qualquer aumento com gastos operacionais com pessoal.

À semelhança de processos orçamentais anteriores a Tejo Atlântico não pode deixar de lembrar e de acentuar a necessidade face a:

- Operar em áreas muito sensíveis (zonas balneares);
- Ter que cumprir com exigentes níveis de qualidade de serviço;
- Apresentar carências graves de pessoal, com destaque para a falta de operadores (em muitos centros operacionais o número de trabalhadores não responde ao número definido para o cumprimento dos serviços mínimos);
- Apresentar carências de trabalhadores na manutenção e outras áreas de suporte;
- Estas carências terem implícitos riscos graves (na segurança dos trabalhadores) e em eventuais consequências na operação das infraestruturas (riscos de impacto ambiental, com consequências negativas ao nível do turismo e da economia);
- 1 Trabalhador com contrato suspenso;
- Começa a apresentar um quadro de pessoal envelhecido e com limitações físicas.

A Águas do Tejo Atlântico acomoda o incremento expectável nos gastos com pessoal, sem consequências ao nível dos seus resultados – a AdTA estima vir a ter um EBITDA de 33,6 milhões de euros - da sua rentabilidade definida contratualmente e do seu endividamento, face aos resultados estimados no presente documento. Acresce mencionar que este incremento nos gastos com pessoal é compensado em grande parte pela diminuição de gastos com fornecimentos e serviços externos.

Reforça-se assim, o pedido de autorização a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro para contratação em 2020 de 15 trabalhadores.

Como referido, no decorrer de 2020 a AdTA, irá proceder ao recrutamento de trabalhadores para substituição dos que saíam ao longo do ano, caso se venha a verificar essa necessidade, à semelhança do previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 157.º do DLEO 2019, declarando a Águas do Tejo Atlântico que o processo de recrutamento só será efetuado assegurando o cumprimento das condições necessárias conforme decorre do n.º 5 artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho.



Gastos

Os gastos com pessoal apresentam-se do seguinte modo:

Quadro de pessoal	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	variação %
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	2020 vs 2019
Gastos com Órgãos Sociais	263 834	284 480	283 901	283 901	283 901	0%
Gastos com pessoal	8 035 238	8 663 986	9 206 036	9 394 207	9 394 207	6%
Encargos sociais sobre remunerações	1 822 387	1 960 225	2 014 843	2 057 066	2 057 066	3%
Seguro de acidentes de trabalho	108 239	109 532	130 381	133 104	133 104	19%
Seguro de saúde e de vida	489 749	515 257	503 329	508 733	508 733	-2%
Formação	87 035	194 188	80 398	82 157	82 157	-59%
Fardamento	19 486	192 440	133 018	113 016	113 016	-41%
Indemnizações/ rescisões	0	30 000	30 000	30 000	30 000	0%
Outros gastos com pessoal	124 431	427 060	246 702	251 327	251 317	-42%
Trabalhos para a própria empresa	(860 575)	(1 119 229)	(1 168 264)	(1 168 262)	(1 168 262)	4%
Total de gastos com pessoal	10 089 825	11 257 940	11 440 332	11 685 247	11 685 247	2%

Figura 31 - Gastos com Pessoal

O valor de trabalhos para a própria empresa, respeita à capitalização de gastos com o pessoal dos colaboradores diretamente afetos à área de investimento, ou seja, as áreas de Engenharia, Estudos e Projetos e Gestão de Ativos.

RH	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018	Variação 2020/2019	
	Orçamento	EF	Real	valor	%
Gastos totais com pessoal (1)=(a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)+(h)	11 440 332	11 257 940	10 089 825	182 393	2%
(a) Gastos com Órgãos Sociais	283 901	284 480	263 834	(580)	0%
(b) Gastos com cargos de direção	437 618	426 576	413 491	11 042	3%
(c) Remunerações do pessoal	8 756 243	8 225 234	7 609 571	531 008	6%
(i) valorizações remuneratórias	45 000	43 513	0	1 487	3%
(d) Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0%
(e) Ajudas de custo	12 176	12 176	12 176	0	0%
(f) Outros encargos	3 088 659	3 398 702	2 651 328	(310 043)	-9%
(g) Indemnizações/ rescisões	30 000	30 000	0	0	0%
(h) Trabalhos para a própria empresa	(1 168 264)	(1 119 229)	(860 575)	(49 035)	4%
Gastos Totais com pessoal (2)=(1)-(i)-(g)+(h)	12 578 596	12 303 655	10 950 399	274 941	2%
Designação					
Nº Total RH (OS + Cargos de Direção + Trabalhadores)	400	385	373	15	4%
Nº Órgãos Sociais OS=(CA + CF)	10	10	10	0	0%
Nº Cargos de Direção sem OS	6	6	6	0	0%
Nº Trabalhadores sem OS e sem Cargos de Direção	384	369	357	15	4%
Gastos com Dirigentes/Gastos com o Pessoal [(2)/(1)-(g))]	4%	4%	4%	0%	0%

Figura 32 - Gastos com Pessoal e número de colaboradores

O número de Órgãos Sociais inclui 3 Administradores Executivos, remunerados, 4 Administradores Não Executivos e 3 membros do Conselho Fiscal.

O acréscimo de gastos com pessoal de 2019 para 2020, demonstrado no quadro anterior, não pode ser descurado de alguns efeitos, nomeadamente das datas de admissão de novos trabalhadores em 2019 e do absentismo, que faz com que o cômputo de gastos de 2019 não reflita um exercício económico, e por isso não diretamente comparável com 2020, onde esses efeitos não se verificam.



A figura seguinte (figura 33) permite ter a perceção e impacte desses efeitos.

A variação dos gastos com pessoal de 2018 para 2019 e de 2019 para 2020 decompõe-se do seguinte modo:

Gastos com pessoal em 2018	10 089 825
Variação nos gastos com Órgãos Sociais	20 647
Saídas de colaboradores 2019	(135 802)
Entradas de colaboradores 2019	481 637
Efeito da variação das entradas de 2018 (<1 ano de serviço em 2018)	100 704
ACT- Efeito do enquadramento na nova Tabela de remunerações	303 549
ACT- Efeito da valorização remuneratória via avaliação de desempenho	43 513
Indemnizações	30 000
Variação dos gastos com formação	107 154
Variação dos gastos com fardamento	172 955
Variação dos gastos com proteção e segurança	214 437
Variação dos gastos com medicina	73 529
Variação dos gastos com seguros	26 800
Variação dos valores capitalizados	(258 654)
Variação de outros gastos com pessoal	(12 354)
Gastos com pessoal em 2019	11 257 940
Variação nos gastos com Órgãos Sociais	(580)
Entradas de colaboradores 2020	181 769
Efeito da variação das entradas de 2019 (<1 ano de serviço em 2019)	208 330
Efeito da anulação de ausentismo de 2019	206 570
ACT- Efeito da valorização remuneratória via avaliação de desempenho	1 487
Variação dos gastos com formação	(113 800)
Variação dos gastos com fardamento	(79 424)
Variação dos gastos com proteção e segurança	(188 520)
Variação dos gastos com medicina	0
Variação dos gastos com seguros	8 921
Variação dos valores capitalizados	(49 035)
Variação de outros gastos com pessoal	6 675
Gastos com pessoal em 2020	11 440 332

Figura 33 – Variação dos Gastos com Pessoal

Muito à semelhança do que foi já referido para justificar o incremento de alguns gastos operacionais que visam retificar défices do passado, também no que respeita aos Gastos com o Pessoal, a Empresa necessita e estima vir a incorrer em 2019, com gastos relacionados com:

- Formação, que para além de colmatar défices de anos anteriores terá que fazer face às exigências do novo código de trabalho, que prevê um maior número de horas de formação por colaborador;
- Fardamento e respetiva limpeza;
- Equipamentos de proteção individual;
- Medicina e saúde no trabalho.

Para 2020 por questões de restrição orçamental a Tejo Atlântico considerou moderar as despesas relacionadas com as rubricas anteriormente referidas.

A Empresa, como já referido, considera ter as condições para incorrer com estes gastos à semelhança do que acontece com as remunerações e respetivos encargos, salientando-se de que os mesmos são necessários não só para cumprimento de imposições legais, como também para a prestação de um serviço de qualidade, defesa da imagem da Empresa e motivação dos seus trabalhadores.

Orientações sobre Remunerações:

A elaboração da proposta de PAO 2020 teve em consideração todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao SEE, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho n.º 764/2012, de 25 de maio, do SEFT;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro;
- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro.
- Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019);
- Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019);
- Ofício Circular n.º 3653, de 26 de setembro de 2019.

Benefícios Pós-Emprego:

Para 2020, assim como para o período de 2021 e 2022, não estão previstos quaisquer benefícios pós-emprego na AdTA.

Prazo médio de pagamento

Prazo médio de pagamento	31.12.2018	31.12.2019	31.03.2020	30.06.2020	30.09.2020	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
	Real	EF	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Projeção	Projeção
Fontecobras	3 985 227	3 136 268	3 231 281	30 234 351	5 441 614	7 302 771	9 528 071	6 030 070
Forcimentando a serviços externos	21 673 171	27 678 236	7 840 182	14 343 779	21 431 365	28 700 302	27 144 061	24 797 138
CHAMC	3 632 674	3 240 770	644 282	1 524 349	1 391 309	3 140 209	3 100 070	3 227 319
Inverimento	9 165 513	16 013 533	4 685 473	17 813 943	26 490 340	37 384 607	44 008 180	31 813 422
Inte. - RCM - 2020	58,1	43,6	26,5	44,8	46,1	36,1	44,8	33,4

Figura 34 – Prazo médio de pagamento

A dívida de fornecedores está influenciada por saldos “antigos” (anteriores à constituição da Águas do Tejo Atlântico) resultantes de litígios com empreiteiros e outros fornecedores que a Empresa está a resolver.

Existem no entanto outras situações, em que ficam cativos valores referentes a fornecedores de imobilizado por garantia de obra, que apenas são pagos por substituição de prestação de garantia bancária ou seguro caução ou por indicação dos gestores de contrato de que se encontram reunidas as condições e os pressupostos contratuais para a libertação dos valores retidos.

Note-se que o recebimento dos clientes está contratualizado nos 60 dias e que naturalmente este prazo influencia o prazo de pagamento.

Indemnizações Compensatórias:

A AdTA não prevê receber empréstimos do Estado, aumentos de capital ou indemnizações compensatórias, bem como subsídios e outras operações similares.

Esforço público de financiamento	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	variação % 2020 vs 2019
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	
Empreendimentos	-	-	-	-	-	-
Aumentos de capital	-	-	-	-	-	-
Indemnizações compensatórias	-	-	-	-	-	-
Subsídios governamentais	-	-	-	-	-	-
Outras operações de financiamento	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

Figura 35 - Esforço Público de Financiamento para o triénio 2020-2022

Em síntese, a Tejo Atlântico, solicita autorização para:

- Adoção do PRC ajustado, que considera a dedução do gasto estimado com a aquisição de serviços de transporte, tratamento e destino final adequado das lamas resultantes da sua atividade operacional de tratamento de efluentes domésticos e industriais;
- Pedido de exceção para a contratação, em 2020, de um total de 15 trabalhadores, cujo incremento de gastos com o pessoal é acomodado pela redução de gastos com fornecimentos e serviços externos, não implicando por isso um aumento de gastos para a Empresa.

Lisboa, 26 de março de 2020

O Conselho de Administração

António Furtado
 Presidente


Anexo I – Seleção de investimentos plurianuais específicos para acompanhamento

SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAIS ESPECÍFICOS PARA ACOMPANHAMENTO

A seleção e "acompanhamento plurianual" tem em si, quer a natureza e o carácter do investimento, quer o investimento em si que se vai fazer ao longo do planeamento (trabalha-se "investimento" visto a natureza de processos que variam ao longo da execução e realização de uma obra em uma empreitada em que contemplamos entre os seus compromissos, entre os custos de aquisição, execução de obra, instalação de tubagem de rede, materiais, energia, mão-de-obra, contratação de pessoal especializado, contratação de projeto de engenharia, elaboração de projetos, estudos de projeto, manutenção de ativos e instalações, prestação de serviços, aquisição de equipamentos, materiais, etc.).

Assim, perante a natureza de maior flexibilidade, não se dá ao "acompanhamento" plurianual, a natureza de um investimento em si que se vai fazer ao longo do planeamento e acompanhamento, mas sim, a natureza de um investimento em si que se vai fazer ao longo do planeamento e acompanhamento, e de seguida, o acompanhamento individual de cada um dos investimentos. Mas, há que ter em conta que não se dá ao "acompanhamento" plurianual, a natureza de um investimento em si que se vai fazer ao longo do planeamento e acompanhamento, mas sim, a natureza de um investimento em si que se vai fazer ao longo do planeamento e acompanhamento.

LEGENDA: Introdução de...

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Direção geral completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-05-2019

Data formal de conclusão de processo de elaboração do planeamento, por atividade, em articulação com o respetivo plano de execução da obra

Informação em vista à seleção dos investimentos a considerar para efeitos de acompanhamento, de acordo com o planeamento

N.	Empreitada	Valor total previsto para o ano	Execução prevista para o ano 2020	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Tipo de investimento		
						Itens novos (%)	Reabilitação/Reconstrução/Substituição (%)	Total (%)

Lista das empreitadas em maior valor que se vão executar em 2020, por ordem decrescente desse valor, de acordo com o planeamento

N.	Empreitada	Valor total previsto para o ano	Execução prevista para o ano 2020	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Itens novos (%)	Reabilitação/Reconstrução/Substituição (%)	Total (%)
1	Execução/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirós - Fase I	2.388	2.208	set/18	jun/20	8%	192%	100%
2	Execução/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas - Fase II	4.800	3.694	jul/20	nov/21	3%	190%	100%
3	Sistema de Telegestão de Águas do Tejo Atlântico - 1ª Fase	4.500	173	dez/20	jan/21	40%	40%	100%
4	Serapim total de lama Fase I	2.530	126	nov/20	nov/22	100%	0%	100%
5	Reconstrução da ETAR de Ericeira	2.500	156	dez/20	mar/22	0%	180%	100%
6	Reabilitação da ETAR de Santa Cruz/Silves	2.620	163	nov/20	jan/22	0%	190%	100%
7	Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha	2.490	929	jul/20	nov/21	0%	180%	100%
8	Execução-construção da remodelação do sistema de saneamento e do espessamento de lama da Fábrica de Água de São João da Talha	2.300	2.480	jan/20	nov/20	0%	190%	100%
9	Reabilitação da ETAR de Arruda dos Vinhos	1.990	629	jun/20	nov/21	0%	190%	100%
10	Reabilitação dos Sistemas de UFF das ETAR de Bucelas, Encinas, Ferrença, Fozca da Galga, Malta, Malveira, Miraflores e Paço	1.600	471	ago/20	dez/21	0%	190%	100%

Lista das dez empreitadas com maior execução em vista ao longo do ano 2020, por ordem decrescente dessa execução, de acordo com o planeamento

N.	Empreitada	Valor total previsto para o ano	Execução prevista para o ano 2020	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Itens novos (%)	Reabilitação/Reconstrução/Substituição (%)	Total (%)
1	Execução-construção da remodelação do sistema de saneamento e do espessamento de lama da Fábrica de Água de São João da Talha	2.300	2.280	jan/20	nov/20	0%	200%	100%
2	Execução/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirós - Fase I	2.388	2.200	set/18	jun/20	8%	200%	100%
3	Execução/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas - Fase I	4.800	1.694	jul/20	nov/21	3%	200%	100%
4	Execução-construção da Beneficiação do Aproveitamento de Bórgo das Fábricas de Água de Beirós, Trilhos e S. João da Talha - PCPE	1.350	1.227	dez/18	nov/20	0%	200%	100%
5	Beneficiação e Ampliação do Substema de Baril	1.100	1.100	fev/20	dez/20	100%	0%	100%
6	Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha	2.490	919	jul/20	nov/21	0%	200%	100%
7	Execução/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reutilização de Águas Residuais de Fábrica de Água de Bucelas	700	700	fev/20	nov/20	100%	0%	100%
8	Reabilitação de Descontaminadores dos Substemas de Alentejo e Chelas - Fase I	895	818	set/18	nov/20	100%	0%	100%
9	Beneficiação da ETAR de Encinas, Execução de EE Pedro do Ouro II e Arranjos Estruturais da ETAR do Miraflores de Bucelas e EE de Santa Cruz II	680	618	ago/20	dez/20	20%	80%	100%
10	Reabilitação da ETAR de Arruda dos Vinhos	1.990	618	jun/20	nov/21	0%	200%	100%

Lista das dez empreitadas propostas pela empresa para efeitos de acompanhamento à realizar

N.	Empreitada	Valor total previsto para o ano	Execução prevista para o ano 2020	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Itens novos (%)	Reabilitação/Reconstrução/Substituição (%)	Total (%)
1	Execução-construção da remodelação do sistema de saneamento e do espessamento de lama da Fábrica de Água de São João da Talha	2.300	2.280	jan/20	nov/20	0%	200%	100%
2	Execução/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirós - Fase I	2.388	2.200	set/18	jun/20	8%	200%	100%
3	Execução/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas - Fase I	4.800	1.694	jul/20	nov/21	3%	200%	100%
4	Execução-construção da Beneficiação do Aproveitamento de Bórgo das Fábricas de Água de Beirós, Trilhos e S. João da Talha - PCPE	1.350	1.227	dez/18	nov/20	0%	200%	100%
5	Beneficiação e Ampliação do Substema de Baril	1.100	1.100	fev/20	dez/20	100%	0%	100%

No caso de se não poder propor uma empreitada por não se cumprir uma das condições de elegibilidade, a empresa deve indicar a razão para não poder propor a mesma empreitada.

Fundamentação para a seleção dos investimentos propostos pela empresa

Foi selecionada a empreitada de maior valor e representatividade e quatro dos maiores investimentos com maior prazo para 2020.

Nota: não são os maiores investimentos em termos de valor, mas sim os que têm maior relevância estratégica.

Anexo II - Ficha sumária de investimento

FICHA SUMÁRIA - MONTANTES DE INVESTIMENTO DA EMPRESA

LOGO TDA: Imagem do e-mail

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

10-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento, por tal razão, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa.

Mês de referência

Mês a que o ficheiro se refere

Planeamento versus realização

(em milhares de euros)		jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	maj/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	
Tota actual dos valores do planeamento dos investimentos	37 585	Valores mensais	1 625	1 978	1 082	1 295	2 248	4 689	2 858	5 008	2 829	3 133	4 676	4 287
Total dos valores da realização dos investimentos até à data		Valores mensais												
Valores mensais do planeamento acumulados		1 625	3 603	4 685	5 980	13 228	17 815	20 054	21 651	26 480	29 613	31 246	37 585	
Valores mensais de realização acumulados														
Taxa de execução acumulada														

Dado que os valores do investimento planeado, são todos iguais ao valor real, os valores do que sucede com as fichas de investimento para os investimentos não executados, em que os valores se referem exclusivamente à componente "imprevisível".

Notas sobre a evolução dos investimentos por comparação com o planeamento

Apresenta-se o resumo do que sucedeu nos investimentos da empresa e motivos das diferenças face ao planeamento.

Anexo III - Fichas descritivas de investimento plurianual

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de código identificativo deste plano de investimento é único para este plano de investimento plurianual. A natureza do investimento plurianual destinando-se a estabelecer o enquadramento da ficha, visto que os investimentos aqui a apontar um plano plurianual. Entende-se "investimento plurianual" o conjunto de processos que são realizados ao longo da vida útil de um determinado equipamento ou sistema de engenharia, estabelecido no plano de projeto, visando a execução, manutenção, melhoria de desempenho, aquisição/proporção/renovação do terreno, contratação para obras, base de subsídios, desenvolvimento de obra e sua finalização. No entanto, em uma gestão de menor tática e periodicidade, todos os dados "numéricos" (valor), a saber: o valor da obra, o valor de materiais e equipamentos, e qual represente um percentagem muito importante da parte global do investimento. Considera-se que o objetivo deste "investimento" é mais simples e realista se se considerar um processo individual, sendo certo que o mesmo tem (o mundo) o futuro certo e o presente de curto prazo a presente realidade mais relacionada ao contexto dos investimentos. Mas há quem considere que este processo é "numérico" que está aqui em causa e que os dados são a demonstração do investimento desde quando se diversificam o momento de início do investimento. Não importante do investimento, não consideramos aqui o valor total e a renovação do investimento, desde quando tem de ser o primeiro dia de início da obra e o segundo termo do investimento (Art. 22.º).

LEGENDA: - Informação de fundo

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Domicílio completo da empresa

Data de elaboração do planejamento 31-08-2019
Data total do período de execução e alteração de planejamento por definição, e todas as alterações ao longo da obra ou de obra em curso

Designação do investimento

Empitada de Conceção, Construção da Remediação de Sistema de Arreamento e do Espessamento de Lama de fábrica de Água de São João da Talha. A designação do investimento coincide com a designação da empresa.

Tipo de investimento

Obra de reabilitação/remodulação/substituição

Nota sobre a obra nova, de obra de reabilitação/remodulação/substituição e de obra de outros componentes base em que deve ser indicada a natureza do projeto permuta que dá a cada obra. A obra principal ou a obra de substituição é considerada obra "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada 2 300 (milhares de euros)
Valor total estimado para a empreitada, considerando a realidade da sua duração, passiva e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova" 2 300 (milhares de euros)
Valor total estimado para a componente de empreitada afeta à obra principal a ser executada, incluindo a obra principal, as alterações ou a obra.

População servida 170 000 (habitantes)
Número de população residente, população flutuante, equivalente a (habitantes), considerando o tipo e o número de habitantes de uma obra de reabilitação/remodulação/substituição.

População adicional servida
Número de população adicional que não estava servida pela empresa anteriormente e que se beneficia da componente "obra nova" (partes do total da empreitada)

Custo per capita para a obra total 14 (euros)
Valor do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativa à "obra nova" (euros)
Valor do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Local
Deve indicar a região e o município ou município em que se encontra a obra ou obra de obras, e a coordenada geográfica da localização da obra ou obra de obras.

Breve descrição da obra a realizar

O presente investimento consiste na remodelação do sistema de arreamento do tratamento biológico e do sistema de espessamento de lama de fábrica de água de São João da Talha.

Deverá cumprir-se ao longo do tempo, nas suas condições de obra e obra de obras.

Justificação da necessidade do investimento

Atendendo à data de construção da fábrica de água de São João da Talha e, também, ao tempo de utilização desta infraestrutura (a generalidade das etapas em funcionamento há 23 anos), sujeita a condições de degradação acentuada devido à rejeição e tratamento do efluente proveniente de fontes de origem industrial (exposição a elevadas concentrações de gás sulfídrico e outros compostos tóxicos), verifica-se que as etapas de elevação e filtração do tratamento biológico e do tratamento de lama, tanto ao nível da componente de equipamento e instalações elétricas, como ao nível da componente de construção civil, atingiram uma fase em que a frequência de falhas se tornou muito significativa, com custos muito elevados de manutenção (preventiva e curativa) e que como tal carecem de beneficiação/renovação.

A par com a referida beneficiação/remodulação feita em consideração à otimização do funcionamento do processo biológico e dos consumos energéticos dos equipamentos a instalar, trata-se como o primeiro passo da etapa de espessamento, tendo em vista o consequente aumento da produção de biogás e a otimização da produção de energia elétrica.

Salesta-se que parte do presente investimento encontra-se previsto no Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE), desdobrado para o período de 2017-2019.

Resulta dos apoios financeiros que levaram a este investimento em termos de oportunidade física e outros aspetos, visto que podem ter-se os seguintes apoios, remodelações, funcionalidade, cumprimento de normativas, melhorias de serviço, etc., etc. e que se prevê de acordo com o plano e o plano que se encontra em discussão, se trata de um investimento de alto impacto.

Mês de início anterior à data do planejamento

A primeira atividade a início da obra anterior à data de elaboração do planejamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira atividade da empreitada.

Mês previsto para o começo do estágio de tempo jun/20

A primeira atividade a início da obra anterior à data de elaboração do planejamento, e este mês é o mês a que se refere a primeira atividade da empreitada (com exceção do caso de obra segmentada).

Se o mês de início da obra é anterior ao mês de início do planejamento, o estágio de tempo começa no mês de início da obra, o mês a que se refere ao período da obra, caso em que o estágio de tempo não coincide com o mês de início do planejamento.

Mês previsto para a conclusão da obra set/20

O mês de conclusão previsto relativo ao estágio de tempo previsto (último pagamento) se o mês anterior ao mês de início do planejamento coincide com o mês de início do planejamento.

Planejamento "espargido" da obra: valores mensais estimados

Total (estimativa do valor "espargido" da empreitada)	Mês (ano de início)														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
2 300	229	209	209	209	209	209	209	209	209	209	209	209	209	209	209

O valor "espargido" da empreitada e o valor total da empreitada de obra a realizar no período previsto à data de elaboração do planejamento, no caso de obra simples, o valor total estimado, no valor total estimado, que toda a obra se irá desenvolver posteriormente. Não se trata de um plano de pagamentos, se o mês de início da obra é anterior à data de elaboração do planejamento, e se o "mês 1" inclui o mês a que se refere a obra, ou se o mês de início da obra é posterior ao mês de início do planejamento, o mês previsto para a retomada do trabalho é o mês de início do planejamento. O período previsto para a obra é o período previsto para a obra. O período previsto para a obra é o período previsto para a obra.

Valor anterior à data de elaboração do planejamento 0 (milhares de euros)
Valor da obra anterior ao início da obra e ao início do planejamento do plano de investimento, quando a obra se iniciar no início da obra ou do início do planejamento.

Fundos comunitários

Não está previsto a inclusão em candidaturas a apresentar.
Indicar se o investimento se beneficia de financiamento comunitário e, em caso afirmativo, se a medida foi aprovada, se está em curso ou se foi aprovada, em caso negativo, se está em curso previsto e/ou se foi aprovada e apresentada. Se for aprovado, completar os dados de fundo comunitário que se aplicarem relativamente ao projeto.

Participação comunitária 0 (milhares de euros)
Aumento previsto em termos de participação comunitária relativamente ao investimento. Não se trata de um plano de pagamentos, se o mês de início da obra é anterior à data de elaboração do plano de investimento, o mês previsto para a retomada do trabalho é o mês de início do planejamento.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O limite de valores identificados o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A expressão "investimento plurianual" designa uma ação de carácter ambiental de longo prazo que se desenvolve anualmente a partir de um plano plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que se realizam na realização e conclusão de um determinado empreendimento que se apresenta com um prazo mais alargado do que a duração da gestão da entidade, criação de estruturas de suporte, contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, projetos, etc., contratação de outros serviços/profissionais, contratação de projetos de engenharia, avaliação e execução, revisão de projetos, contratação de apoio de especialistas, prestação de apoio técnico, arranjos para a obra, fase de execução, desmontagem de estruturas e sua finalização.

No âmbito de um projeto de maior fôlego e dimensão, todos os dados "numéricos" (valores, datas, etc) no relatório apresentam-se de forma referencial e exclusivamente à escala do projeto, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Deve de se ter em conta a natureza "relativa" à escala da obra e a importância do processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) e de longo e processo total do projeto referem-se ao mesmo investimento. Não há que confundir que não são apenas os valores "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abordar os demais aspetos fundamentais do mesmo.

Neste relatório de investimento no quadro em que a data total a ser utilizada para este relatório (mês) aparece a data de início de obra e o período de duração da obra (meses).

LEGENDA: introdução de obras

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2019

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento, por dia do mês, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa.

Designação do investimento

Beneficiação do ETAR de Beirólas - Fase I

A designação do investimento associa-se a uma página de especificação.

Tipo de investimento

Obra de reabilitação/remediação/retificação

Pode tratar-se de "obra nova", ou "obra de reabilitação/remediação/retificação" e ter-se-ão duas componentes (obras que incidam por indicadas estratagem de prioridade) que referem a obra nova. Um caso exclusivamente de reabilitação é considerado uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

5 344 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, com o custo e a margem de lucro (incluindo, quando aplicável, custos de construção, passagens e outros).

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

5 344 (milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afetada à obra nova (valor por obra nova), incluindo o valor de obras novas, a obra própria ou a obra.

População servida

233 500 (habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consumo sazonal, e diferentes situações de utilização da obra (valor de obra nova ou de obra de reabilitação/remediação/retificação).

População adicional servida

0 (habitantes)

Indicam custos adicionais para a obra de reabilitação/remediação/retificação por obras anteriores a que beneficia da componente "obra nova" (valor de obra total da empreitada).

Custo per capita para a obra total

25 (euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população adicional servida.

Custo per capita relativo à "obra nova"

0 (euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida.

Localização física do investimento

Beirólas

Deve indicar o município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e a paróquia, concelho e o seu local físico de trabalho.

Breve descrição da obra a realizar

A empreitada de Beneficiação do ETAR de Beirólas - Fase I contempla, em linhas gerais, o seguinte:

- Reforço do tratamento preliminar de caudais, aumentando a capacidade de tratamento e criando etapas que confiram robustez ao processo;
- Criação de uma nova linha de tratamento para receber caudais de tempo húmido;
- Aumento da capacidade de elevação de caudais em tratamento secundário;
- Reforço da capacidade de tratamento de lamas;
- Cobertura dos principais efluentes produzidos no processo;
- Reforço da unidade de desulfuração.

Descrição sucinta e se possível detalhada, nos seus grandes linhas, a obra a realizar.

Justificação da necessidade do investimento

Dadas as condições de afiliação à ETAR de Beirólas, identificou-se a necessidade de aumentar a fiabilidade da capacidade de tratamento da ETAR em tempo seco e de adaptar a ETAR ao comportamento do sistema unitário afluente. É também necessária aumentar a capacidade de desulfuração para os efluentes da linha líquida.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que esta obra seja considerada prioritária face a outras (aspetos que se podem encontrar nos planos estratégicos, planos de ação, planos de execução, planos de intervenção, etc., etc.) e que se apresentam sempre com a referência à obra (que pode ser fruto de uma decisão técnica, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A expressão aplica-se ao mês de obra anterior à data de elaboração do planeamento. (Exemplo: "mês de início" mesmo mês a que se refere a primeira faseção da empreitada).

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

set/19

A expressão sempre, tem a ver com o mês previsto para o início da obra, entendida como obra, a que se refere a primeira faseção da empreitada (ou a execução do caso de obra seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da conclusão do planeamento, a contagem do tempo começa no mês indicado a 15 dias, a menos que haja uma suspensão da obra. Caso em que a contagem começa no mês previsto para a retomada.

Mês previsto para a conclusão da obra

jun/20

O mês de conclusão previsto resulta da aplicação da duração prevista (e/ou não prevista) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (mês de início).

Planeamento "reapagado" da obra: valores mensais estimados

(em milhões de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
TOTAL (estimativa do valor "reapagado" da empreitada)	5 344	243	243	243	243	243	243	243	243	243	243	243	243	243	243	243

O valor "reapagado" da empreitada é o valor total repagado da parcela total da obra em termos de valor a ser pago pelo titular da obra, no caso de uma obra que tenha sido iniciada antes da obra, ou o valor total estimado, quando a obra se inicia em primeira prestação. Está em causa a situação de não pagamento. Se o mês de obra for anterior ao mês de conclusão do planeamento, então o "mês 1" está o mês a seguir à obra data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retomada). O período pré-planeamento foi repagado. O período de obras mensais após o mês de planeamento é calculado de forma ponderada no mês previsto para o começo da contagem do tempo (valor estimado em milhões de euros e em milhares de euros).

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

0 (milhões de euros)

Indicam o valor da obra já realizado antes da data de elaboração do planeamento, quando aplicável (valor total antes do início da obra).

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicam se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada. Se esta ainda em fase de instrução ou se foi aprovada em caso negativo, se estão ou não previstos a incluir em candidatura a apresentar.

Se for o caso de não cumprimento ou de não utilização da informação que se encontra disponível para a obra.

Comparticipação comunitária

0 (milhões de euros)

A presente obra não tem o carácter de participação comunitária. (Não em caso de aplicação de fundos comunitários e/ou de fundos nacionais).

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O usuário de perfil técnico e investidor, de acordo com a seleção de investimento realizada, à luz da "Ficha Descritiva de Investimento Plurianual", define as ações a efetuar e a ordem prioritária das obras, assim como o investimento anual a operar em cada período de 12 meses. Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que se realizam na construção e montagem de uma determinada empreitada e que se desdobra em obras de execução, construção de estruturas, construção de trabalhos de montagem, gestão, etc., construção de obras parciais, alterações, construção do projeto de engenharia, execução do projeto, revisão do projeto, construção de apoio à execução, proteção das obras, aquisição/conservação/transferência de terrenos, servidões para a obra. Para a aquisição, desenvolvimento de obras parciais, etc. No entanto, por um lado, quanto ao maior foco a ser dado, todos os dados "numéricos" (valores, datas, etc.) ou relativos aos aspetos técnicos e operacionais, e que tenham uma perspetiva mais abrangente de valor global do investimento, considera-se que o acesso temático "numérico" é mais simples e adequado ao caráter mais pessoal e individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo prazo individual mais relevante no âmbito dos investimentos. Mas há que salientar que não é apenas os aspetos "numéricos" que estão sujeitos a análise e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abranger os aspetos mais relevantes do mesmo. Nota importante do preenchimento: nos campos nos quais a seleção e introdução de dados não é obrigatória, a data introduzida tem de ser a do período de 12 meses de referência e sempre sempre de 2017.

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa
 Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Data de elaboração do planeamento
 01-08-2018

Designação do investimento
 Empreitada de Concepção-Constuição da Beneficiação do Aproveitamento do Biogás das Fábricas de Água de Beirós, Frieira e S. João da Talha

Tipo de investimento
 Obra de manutenção/remediação/obras de infra-estruturas

Estimativa do valor total da empreitada
 1 350 (milhares de euros)

Estimativa do valor total da componente "obra nova"
 1 350 (milhares de euros)

População servida
 1 883 510 (habitantes)

População adicional servida
 0 (habitantes)

Custo per capita para a obra total
 0,7 (euros)

Custo per capita relativo à "obra nova"
 0,7 (euros)

Localização física do investimento
 Município de Lisboa e Loures

Breve descrição da obra a realizar
 Os principais trabalhos previstos no âmbito da empreitada são:

- O fornecimento e montagem de um novo grupo de cogeração contestado na fábrica de água de Beirós, incluindo sistemas de aproveitamento de calor, refrigeração e quadro de comando e proteção;
- O fornecimento e montagem do sistema de tratamento de biogás na fábrica de água de Beirós, incluindo remoção de sulfureto de hidrogénio, siloxanos e desulfurização;
- O fornecimento e montagem de um novo grupo de cogeração contestado na fábrica de água de S. João da Talha, incluindo sistemas de aproveitamento de calor, refrigeração e quadro de comando e proteção;
- O fornecimento e montagem de um condalizador do biogás afluxante à trecha na fábrica de água de S. João da Talha;
- Alteração dos circuitos de biogás, de água de aquecimento e instalações elétricas das fábricas de água de Beirós, Frieira e S. João da Talha.

Justificação da necessidade do investimento
 A presente empreitada surge na sequência dos investimentos previstos no Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE), desenvolvido para o período de 2017-2018, que visam o aumento da produção de energia e partil do biogás nas fábricas de Águas de Beirós, S. João da Talha e de Frieira.

No PEPE prevê-se a melhoria para redução de consumos energéticos, melhoria das condições de aquisição de energia, aumento da mobilidade elétrica e aumento da produção própria.

Mês de início anterior à data do planeamento
 01/01/17

Mês previsto para o começo da contagem do tempo
 01/01/18

Mês previsto para a conclusão da obra
 01/01/20

Planeamento "espaguado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "espaguado" de empreitada)	1 350	129	129	129	129	129	129	129	129	129	129	129	129	129	129

O valor "espaguado" da empreitada é o valor total espaguado de acordo com o plano de execução de obras, sendo certo que a obra não é iniciada no início do período de 12 meses, ou o valor total estimado, quando a obra se inicia em algum mês posterior.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento
 0 (milhares de euros)

Fundos comunitários
 Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Comparticipação comunitária
 0 (milhares de euros)



FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O âmbito de intervenção identifica o investimento, de acordo com a seleção da investidora avaliada.
A descrição "Investimento plurianual" destina-se apenas a projetos de natureza de longo prazo, em que o investimento anual se repete em anos sucessivos de planeamento.
Entende-se "Investimento" como o conjunto de processos que culminam na realização e conclusão do um determinado empreendimento físico ou jurídico, abrangendo desde a conceção de estudos, contratação de trabalhos de projeto e execução, até à colocação de obras e exploração.
No entanto, por uma questão de maior flexibilidade, podem incluir-se "investimentos" também aqueles em que não se realizem todos os trabalhos, se ocorrerem de forma descontínua, e que apresentem uma importância muito importante de carácter global no investimento.
Considera-se que o investimento "obra nova" é aquele em que se pretende construir um novo edifício ou equipamento, incluindo o fornecimento e montagem de equipamento (4-De longo prazo) individualmente, se estiverem compreendidos investimentos, além de que se pretende não é da espécie de "obra nova" que se refere ao investimento de longo prazo de natureza física ou jurídica, compreendendo o seguinte:
Nota importante de apresentar em todos os campos a seguir e a duração de duração do investimento, e a duração do investimento de longo prazo de natureza física ou jurídica, compreendendo o seguinte:

ESCRONDA: [] - Introdução de dados

Nome da empresa

Aguas do Tejo Atlântico, S.A.

Designação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de início do processo de elaboração do planeamento, por definição, esta data refere-se sempre ao início do ano em que ocorre

Designação do investimento

Empreitada de Beneficiação e Ampliação do Substituto do Barril

A designação do investimento coincide com a designação em anexo.

Tipo de investimento

Data de instalação/remodelação/substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de instalação/remodelação/substituição" ou ter-se duas componentes (parte em que deve ser instalado o equipamento de parte gerencial que vai a uma obra). Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

1 100 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a duração do ciclo de duração, passiva e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo compreender obras novas, a uma passiva ou a custo.

População servida

3 228 (habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, população turística, população de passageiros, e influente total de uma obra nova ou de uma obra de melhoria/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Diferença entre a população a servir e a população adicional a servir, beneficiada directamente e que beneficia da componente "obra nova" (passiva ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

341 (euros)

Total do valor total da empreitada sobre a população servida.

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Total do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida.

Localização física do investimento

Mafra

Direcção física do investimento no município ou em unidade de gestão territorial e a ser desenvolvido, e a população abrangida por este investimento.

Breve descrição de obra a realizar

A empreitada consiste na execução de 4 estações elevatórias, 2 km de condutas elevatórias e 1,7 km de condutas gravíticas.

Justificação da necessidade do investimento

As referidas intervenções têm em vista a beneficiação e ampliação da área servida pelo substituto do barril e vão permitir a desativação de 1 STAR compacta e de 2 fossas séticas existentes e o encaminhamento das referidas águas residuais para tratamento adequado. Adicionalmente serão ainda efectuadas descargas de águas residuais não tratadas existentes nas linhas de águas.

Resumo das vantagens esperadas que justificam a realização da obra (obras de melhorias e/ou de substituição) e os benefícios que se podem esperar em termos de segurança, qualidade, eficiência, sustentabilidade económica, ambiental, social, etc., e que se pretendem alcançar com a realização da obra (obras de melhorias e/ou de substituição) e os benefícios que se podem esperar em termos de segurança, qualidade, eficiência, sustentabilidade económica, ambiental, social, etc., e que se pretendem alcançar com a realização da obra.

Mês de início anterior à data do planeamento

(meses de ano)

A preceder apenas no caso de obra já em curso à data de elaboração do planeamento, referindo-se "mês de início" como o mês a que se refere a execução da obra.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

Jun/20

A preceder sempre. Caso em obra ou obra prevista para o início do ano, considerar como o mês a que se refere a primeira facturação da obra prevista (com excepção do caso de obra urgente).

Se o mês de início da obra for anterior à data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês seguinte à tal data, a menos que haja uma suspensão da obra. Caso em obra a contagem começa no mês previsto para a obra.

Mês previsto para a conclusão da obra

Jun/21

O mês de conclusão previsto resulta da aplicação do prazo previsto (substituição) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (substituição).

Planeamento "exurgido" da obra: valores mensais estimados:

Total (estimativa do valor "exurgido" da empreitada)	[milhares de euros]														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1 100	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65

O valor "exurgido" da obra representa o valor total exurgido da obra realizada por trimestre a partir da data de elaboração do planeamento, no caso de obra de que tenha sido iniciado antes da data, ou o valor total estimado, quando a obra se iniciar no momento posterior. Para a obra a realizar não se calcula. Se o início da obra for anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir à essa data ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retomada. O período pré-planeamento foi esquecido. O perfil de facturação mensal previsto no presente plano é aplicável independentemente de o início previsto para o começo da contagem do tempo (substituição) ser o mês de início da obra ou não.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

0 (milhares de euros)

Valor da obra executada antes da data de elaboração do planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentat.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se ainda se encontra em fase de instrução ou se foi concretizada em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentat. Se não, indicar as razões, sempre em termos de valores relativos ao investimento que se pretende realizar para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preceder apenas no caso de uma participação e se for devidamente aprovada. Em caso contrário, a parte investida é exclusivamente do perfil do investidor.

Anexo IV – Carta da AdP para a Autoridade da Concorrência

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones on the left and bottom.



Anexo V – Plano de Ação de Gestão de Lamas de ETAR



Anexo VI – Relatório justificativo do aumento do gasto com aquisição do serviço de transporte e tratamento de águas decorrente das alterações de mercado

Anexo VII - Parecer do Órgão de Fiscalização

The image shows several handwritten signatures in blue ink, arranged in a vertical column on the right side of the page. The signatures are stylized and appear to be official approvals or endorsements.

2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100